
Licenciatura Plena em Pedagogia

Renata Sorrenti Tosi

**As contribuições do periódico Educação &
Sociedade mediante reflexões acerca da
Formação de professores**

Renata Sorrenti Tosi

As contribuições do periódico Educação & Sociedade mediante reflexões acerca da Formação de professores

Orientador: Prof. Dr. Samuel de Souza Neto

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia

Rio Claro
Ano 2010

370.71 Tosi, Renata Sorrenti
T713c As contribuições do periódico Educação & Sociedade mediante reflexões acerca da formação de professores / Renata Sorrenti Tosi. - Rio Claro : [s.n.], 2010
100 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Samuel de Souza Neto

1. Professores - Formação. 2. Docente. 3. Profissionalidade. 4.
História. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Agradecimentos

Venho aqui agradecer a algumas poucas pessoas que tornaram possível a realização deste feito pessoal que refletirá numa amplitude do campo profissional que sucumbirá em minha vida como um todo.

Primeiramente quero agradecer a minha família; formada pela minha irmã Mônica, que sempre se manteve a meu lado me apoiando e auxiliando quando dela eu necessitava, e em especial, minha mãe Leca, que sempre teve como foco a educação em minha vida; priorizando-a e lutando para o sonho de um ensino superior de qualidade fosse conseguido, e deixando este como seu legado e herança mais importante para mim.

Além da família, uma outra pessoa foi de suma importância para que meu caminho dentro da universidade fosse menos árduo, Marina Gianez, uma amiga espetacular, que se fez presente durante todo o curso e na realização deste sonho; não me deixando esmorecer e desistir do sonho da formação em nível superior; ela quem me fez abrir os olhos e ver que o fim estava próximo e que após tanta luta basta enxergar o futuro que se abria a minha frente. Muito obriga minha amiga!!!

Outras pessoas que não fazem parte de meu ciclo de relacionamento foram capazes de auxiliar a execução e finalização deste projeto; o Prof. Dr. Samuel de Souza Neto, que me possibilitou realizar este estudo, me auxiliando em dúvidas e sendo paciente para comigo; A Profa. Dra. Maria Antonia Ramos de Azevedo que conseguiu elucidar e esclarecer este trabalho; sua ajuda nesta última semana e reta final de entrega foi de extrema importância, seu olhar deu brilho e o aprimorou. Por último, mas não menos importante, quero agradecer também os funcionários da sessão de graduação e da biblioteca que me orientam e ajudam em casos incompreensões em questões acerca do curso em geral.

Resumo: Este estudo teve por objetivos constituir o ciclo de vida da Revista Educação & Sociedade e apresentar uma discussão sobre a temática Formação de Professores no interior desse periódico. Optou-se metodologicamente pela pesquisa bibliográfica, embasada na leitura, análise e interpretação de artigos presentes no periódico Educação & Sociedade, assim como de outros autores que tiveram seus trabalhos voltados para a formação docente. O trabalho de investigação foi feito na Biblioteca do Instituto de Biociências da UNESP – Campus de Rio Claro. Neste processo identificaram-se 33 periódicos, sendo que dentre eles, escolheu-se a Revista EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, período de 1978 a 2005, por ser considerada uma revista quadrimestral (1995), reconhecida como um periódico de nível internacional, tendo um forte corpo editorial nacional e internacional, publicando textos em português, inglês, francês, alemão e espanhol relacionados a área de Ciência da Educação, divulgando trabalhos que incentivam a pesquisa acadêmica e o debate amplo sobre a educação nos diversos prismas de sua relação com a sociedade. Sobre o ciclo de vida do periódico observou-se que este foi publicado, inicialmente, pela Editora UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS em convênio com a Editora CORTEZ & MORAES (1978); depois: de responsabilidade do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), publicada e comercializada pela Editora Cortez & Moraes (1979) e publicada e comercializada pela CORTEZ EDITORA e AUTORES ASSOCIADOS (1980-1981); publicada e comercializada pelo CORTEZ EDITORA (1982-1989); editada e publicada pela EDITORA REVISTA DOS CEDES TRIBUNAIS Ltda (1990-1996); sendo que a partir de 1997 passou a ser publicado via *on line* e financiada com recurso de Programa de Apoio a Publicações Científicas (MCT, CNPq e FINEP) com responsabilidade editorial, de publicação e vendas pelas CEDES, perdurando até o presente. No seu primeiro ano de vida (1978) o periódico tinha sua publicação sobre responsabilidade da Editora UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS em convênio com a Editora CORTEZ & MORAES, no ano seguinte, 1979, sua edição era de responsabilidade do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), publicada e comercializada pela Editora Cortez & Moraes; durante os dois anos seguintes, 1980/1981, sua edição permaneceu de responsabilidade do CEDES, mas passou a ser publicada e comercializada pela CORTEZ EDITORA e AUTORES ASSOCIADOS; manteve-se sobre responsabilidade do CEDES, e sua publicação e comercialização no ano 1982 até 1989 ficou por conta da CORTEZ EDITORA. É a partir de 1990 que a revista Educação & Sociedade passa a editada e publicada pela EDITORA REVISTA DOS CEDES TRIBUNAIS Ltda; no ano seguinte até 1996 sua edição retorna ao Centro de Estudos Educação e Sociedade, com publicação e comercialização da Papyrus. Em 1997 a revista Educação & Sociedade passa a ser financiada com recurso de Programa de Apoio a Publicações Científicas (MCT, CNPq e FINEP) com responsabilidade editorial, de publicação e vendas pelas CEDES, que perdura até os dias de hoje. Com relação a formação de professores tornou-se pioneira por valorizar entre os temas tratados: Profissão, Saberes Docentes, Identidade do Professor, Prática Pedagógica, Proposta Curricular e Currículo, Relação Teoria e Prática, Avaliação, Formação Inicial e Continuada. Deste processo de leitura e análise emergiu a questão da trajetória docente, desde seu ingresso na universidade, destacando as dificuldades encontradas seja focando a estrutura universitária ou colocando a grade curricular em cheque; além de fazer uma análise continuada de como este educador vai estar se desenvolvendo, pondo em prática seus conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida acadêmica. No geral, conclui-se que apesar das conquistas e avanços no campo da formação ainda há muito para ser feito, mas que os estudos com periódicos podem contribuir em muito na medida que se tornam a memória de um período ou de concepções e proposições.

Palavras chaves: Educação e Sociedade, História das Publicações, Ciclo de Vida, Formação de Professores

SUMÁRIO

Página

1. INTRODUÇÃO	1
2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E A REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	11
3. CICLO DE VIDA DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE (1978-2005)	18
4. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	26
5. REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE: PROPOSTA, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA	37
6. DIMENSÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PERIÓDICO EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	42
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
9. ANEXOS	
8.1 Resumos – Educação & Sociedade	56

INTRODUÇÃO

Quando focamos uma discussão sobre educação a formação docente é um assunto bastante pertinente, o qual permeia pesquisas e teses acerca da temática. Esta preocupação tem sido veiculada especialmente em relação a formação inicial e continuada de professores; que tem sido exaustivamente aclamada e focada, especialmente, na atualidade.

Este olhar voltado a formação acabou resultando em uma busca maior pela valorização de um ensino de qualidade para os futuros educadores por meio de pesquisas extensivas que vislumbrassem as várias dimensões escolares; afim de que assim, então, houvesse uma educação satisfatória capaz de suscitar em uma prática pedagógica condizente com as necessidades de nossas crianças e adolescentes.

Perante essa realidade faz-se necessário que o futuro docente tenha conhecimento da história que permeou o nascimento de sua classe, suas transformações, realizações e conquistas; sempre buscando pelo reconhecimento do trabalho a ser desempenhado e de seu potencial como profissional.

No âmbito desse processo, algumas propostas buscaram incentivar estudos voltados para a produção da profissão docente e da escola, bem com o da própria história da profissão docente (NÓVOA, 1992a) e a história das publicações.

Sabendo-se dessa realidade pesquisas recentes na área da educação foram realizadas e autores como Nóvoa, Pimenta, Brzenzinski, dentre outros, passaram a enfatizar a necessidade de um estudo contínuo, o qual estivesse atrelado com

extensões pós universitárias, pois na profissão docente, o estudo permanente e a atualização constante profissional do professor, também, são de extrema importância para que seja alcançado o tão almejado ensino de qualidade.

Entretanto, cabe salientar que esta proposta de educação continuada deve ser revista e pensada de forma desvinculada ao treinamento e de cursos de capacitação, os quais tiveram seu ápice de adesão na década de 1980.

Faz-se necessário que a qualificação docente tenha como foco a criação e/ou reconstrução da identidade docente, propiciando o surgimento de uma cultura profissional dentro do professorado, alicerçada em uma prática pedagógica contundente de cunho emancipatório, com vistas a intervenção e mudanças sociais, onde a sua prática ocorre.

A história nacional mostrou como a atuação e a formação docente foi se transformando ao longo dos anos, o qual será exposto neste estudo por meio de um breve enfoque sobre o contexto histórico em que se dá a formação docente no Brasil, tendo como perspectiva o recorte de um periódico. Portanto, este será o principal ponto focado neste estudo, através do encontro com os periódicos presentes na biblioteca da Universidade Estadual Paulista/UNESP Rio Claro, selecionando-se um em particular para esta investigação.

A ORIGEM DA QUESTÃO DE ESTUDO

No ano de 2006, por ocasião de ter sido contemplada com a bolsa de apoio ao estudante (BAAE), escolhi vincular a minha atividade relativa ao BAAE no projeto de pesquisa denominado “Formação de Professores”, coordenado pelo Prof. Dr. Samuel de Souza Neto (Departamento de Educação).

O trabalho desenvolvido foi organizado, abarcando a leitura de textos sobre a natureza do estudo que seria desenvolvido; um mapeamento de todos os periódicos vinculados à área da Educação na Biblioteca do Instituto de Biociências; escolha de um periódico para aprofundamento dos estudos, utilizando-se como fonte de referência a

proposta de Caspard-Karydis, P.; Chambon, A.; Fraisse, G. e Poindron, D. (1981) sobre o Repertório Analítico de periódicos. Coloca-se esta perspectiva, pois em função dos estudos realizados resolvi transformar este percurso de estudo num trabalho de monografia.

Pode-se dizer que a primeira etapa desse trabalho, correspondente ao primeiro semestre de 2006 foi efetuada tendo como perspectiva a leitura de textos, direcionando e exemplificando a pesquisa que estava por vir, bem como foi feito um levantamento de periódicos relacionados à área da educação encontrados na biblioteca da Unesp/RC (coleta de dados). Portanto foi feita uma pesquisa bibliográfica, com posterior análise documental.

Uma vez efetuado este trabalho, a segunda etapa, correspondeu a escolha do periódico Educação & Sociedade para aprofundamento de estudo por considerá-lo um marco no que se refere ao tema “formação de professores”, utilizando como itinerário metodológico o repertório analítico.

A QUESTÃO DE ESTUDO E A SUA IMPORTÂNCIA

O estudo de como ocorre à formação docente com ênfase em sua prática cotidiana e saberes docentes engloba diferentes olhares que perpassam desde as dificuldades encontradas em sala de aula, metodologias de ensino, concepção de professor, bem como as frustrações decorrentes da formação inicial ao conhecer a realidade educacional ou as lutas pela melhora na educação e na formação.

Esta problematização e questionamento acerca da realidade docente se materializam de modo único na vida dos periódicos. Nas revistas ou em imprensa pedagógica são apresentadas as reflexões, ensaios, relatos, artigos, pesquisas, visando apresentar caminhos ou denunciar concepções equivocadas pertinentes a realidade educacional.

Dentro desse contexto Nóvoa et all (1997, p.31 – grifo nosso) vai falar sobre a importância da imprensa, bem como de sua contribuição, pois...

“A **imprensa** é, provavelmente, o **local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas**, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, **o conjunto dos problemas desta área**. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender **as relações entre teoria e prática, entre os projectos e as realidades, entre a tradição e a inovação**,.... São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o carácter fugaz e polémico, **a vontade de intervir na realidade**) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia”.

Dentro dessa visão vai colocar, ainda, que...

“... a **imprensa** é o **melhor meio para aprender a multiplicidade do campo educativo**... De facto, a imprensa revela as múltiplas facetas dos processos educativos numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos, etc), mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e jovens”. (p.12-13 – grifo nosso)

Completando este raciocínio não deixará de chamar a atenção para o fato de que...

“A **imprensa** é talvez, o **melhor meio para compreender as dificuldades da articulação entre teoria e prática**: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições, etc)”. (p.13 – grifo nosso)

Embora haja esta compreensão, o autor não deixará de evidenciar que este espaço social de materialização também é o local de afirmação de um grupo que demarca seu território por meio de um jogo político, nos revelando um universo simbólico e de lutas.

“... a **imprensa** é o **lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação coletiva**, na medida em que *‘cada criador está sempre a ser julgado, seja pelo público, seja por outras revistas, seja pelos seus próprios companheiros de geração’*. De facto, **a feitura de um periódico** apela sempre a **debates e discussões**, a **polêmicas e conflitos**; mesmo quando é fruto de uma vontade individual, **a controvérsia não deixa de estar presente**, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto dos

poderes públicos ou nos editoriais de abertura.” (NÓVOA et al, 1997, p.13 – grifo nosso)

Bastos (1997, p.49, 50 – grifo nosso) vai corroborar com a nossa compreensão, explicitando de forma mais ampla o que se entende por imprensa pedagógica, ao colocar que...

“A **imprensa pedagógica** – jornais, boletins, revistas, magazines, feita por professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igreja – contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. **Sua análise possibilita avaliar a política das organizações as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, as práticas educativas.** Orgnier refere-se à **imprensa pedagógica** com um corpus documental de vastas dimensões, constituindo um testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional; (...) sendo, assim, um excelente ‘observatório’, uma ‘fotografia’ da ideologia que preside”.

Como justificativa para se fazer estudos dessa natureza será colocado que:

“ao estudar **as iniciativas dos professores na produção e circulação de informações sobre o ensino**, afirma que os periódicos pedagógicos oferecem *‘farto material a cerca das práticas escolares e do ensino específicos de disciplinas, o que permite estabelecer um dos elos da história das práticas e disciplinas escolares. Além disso (... pode trazer elementos férteis para a compreensão histórica do sistema de ensino e colocar novas questões acerca da cultura escolar brasileira’*”.

Dessa forma, convencida de que este tipo de trabalho pode trazer uma contribuição pessoal na ampliação de meus conhecimentos acerca da formação de professores e a relevância dos meios de comunicação em massa como fonte de vinculação de informações; assim como produzir um trabalho como fonte de referência para os meus colegas de magistério realizarei um levantamento sobre os periódicos

existentes na Biblioteca do Instituto de Biociências, escolhendo para estudo o periódico Educação & Sociedade.

OBJETIVOS

Face ao que foi arrolado este estudo terá como objetivos:

- (a) **constituir** o ciclo de vida da Revista Educação & Sociedade e;
- (b) **apresentar** uma discussão sobre a temática Formação de Professores no interior desse periódico.

OPÇÃO METODOLÓGICA

Neste estudo, em função dos objetivos apresentados optou-se pela pesquisa bibliográfica, embasada na leitura, análise e interpretação de artigos presentes no periódico Educação & Sociedade, assim como de outros autores que tiveram seus trabalhos voltados para a formação de professores.

Para Ruiz (1996, p. 58) a pesquisa bibliográfica consiste no exame da bibliografia, na análise do conjunto de livros escritos sobre determinado assunto ou artigos, por autores conhecidos e identificados ou anônimos, pertencentes a correntes de pensamento diversas entre si ao longo da evolução da Humanidade, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa científica. Portanto buscou-se apresentar um quadro sobre a abordagem da formação de professores na revista Educação & Sociedade com vistas a entender melhor os trabalhos veiculados no âmbito dessa temática.

A outra opção escolhida foi trabalhar com o Repertório Analítico (CASPARD-KARYDIS; CHAMBON; FRAISSE e POINDRON, 1981), tendo como referência utilizá-lo na coleta e tratamento dos dados, além da análise de conteúdo. Na proposta de Caspard-Karydis; Chambon; Fraisse e Poindron (1981), o Repertório Analítico consistiu

de um trabalho de campo em que se buscava levantar dados sobre determinado periódico, considerando os seguintes aspectos:

- título;
- anos em que o periódico foi publicado;
- sociedade ou associação responsável pela edição do periódico;
- filiação ascendente ou descendente – ligações com outras revistas;
- a composição da comissão de direção ou redação;
- periodicidade e forma;
- preço;
- tiragem;
- condições de difusão;
- objetivos;
- público alvo;
- principais colaboradores;
- sessões;
- fases da revista.

Este inventário permitiu visualizar o ciclo de vida da revista, bem como identificar temas relacionados com o magistério, docência. Embora houvesse esta compreensão no seu recorte privilegiou-se a temática “formação de professores”, enquanto tema emergente e objeto desse estudo. No tratamento desses dados utilizou-se da análise de conteúdo, tendo como caminho a proposta de Lüdke e André (1986). Esta se constituiu numa fase do trabalho, onde o pesquisador efetua uma primeira classificação dos dados na forma de um conjunto de categorias descritivas, havendo um esforço de

abstração para estabelecer conexões e relações que possibilitassem a proposição de novas explicações e interpretações.

No âmbito desse processo, o primeiro passo, tal como foi relatado, consistiu de uma leitura de dados preliminares, levantamento inicial de investigação sobre as potencialidades da Biblioteca do Instituto de Biociências – UNESP – Campus de Rio Claro por ser considerada moderna e informatizada e com bom acervo. No trabalho de levantamento identificamos 33 periódicos, como poderá ser visto no quadro I da próxima página. Dentre os periódicos arrolados escolheu-se a Revista EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, período de 1978 a 2005 cuja primeira edição ocorreu no ano de 1978 com o título: “O educador precisa ser educado”, abarcando artigos que discutiam a educação e o educador; este que fora escolhido por nós teve como motivação para tanto ser aquele de maior notoriedade dentre os quais podem ser encontrados no recinto; sendo esta uma das revistas mais importantes no âmbito educacional. A seguir também é apresentado o quadro II, abarcando a formação dos professores no contexto do periódico.

No âmbito deste enfoque buscou-se constituir o ciclo de vida da revista, selecionar artigos referente a formação de professores e os elencamos em temáticas contundentes que permeariam este trabalho: profissão, saberes docentes, identidade do professor, prática pedagógica, proposta curricular e currículo, relação teoria e prática, avaliação e formação inicial e continuada.

Periodicidade (mensal-anual) Periódicos (33)	Período	Publicação				
		Mensal	Semestral	Trimestral	Anual	Quadrimestral
Sala de Aula	1988-1990	X				
Revista de Educação Ciência e Cultura	1963-1964		X			
Revista School Life	1963-1964		X			
Sociology of education	1963-1977			X		
Teachers College Record	1962-1977			X		
Expressão	2003-2003				X	
Criança e Escola	1969-1972				X	
Educação	1981-2006	X				
Fórum Crítico da Educação	2002-2005		X			

Fórum Educacional	1977-1990			X		
Interface Comunicação Saúde e Educação	1997-2005		X			
Educação e Filosofia	1987-2001					X
Educação e Realidade	1976-2002					X
Educação e Pesquisa	2000-2005		X			
Educação Hoje	1998-2003			X		
Educação Unisinos	2000-2003				X	
Educação em Revista	1985-2001		X			
Educação e Pesquisa	1999-2005					X
AMAE Educando	1984-1989					X
American Education	1965-1967	X				
Ciência e Educação	1998-2005		X			
Educativa Um. Católica de Goiás	1997-200				X	
Educação e Mudança	2000		X			
Educação Brasileira	1978-2004					X
Educação e Sociedade	1978-2005			X		
A Educação Matemática em revista	1993-2003		X			
Educação Teoria e Prática	1999-2002					X
La Educacion	1956-1995					X
Educação e Ciências Sociais	1970-1999					X
Educação Matemática em revista	1987-2005					X
Conjectura	1998-2000		X			
Educação e seleção	1982-1989					X
Educacion	1970-1999		X			

Quadro I – Biblioteca do Instituto de Biociências: Periódicos da Área da Educação

ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Estudo foi organizado três capítulos no qual o primeiro apresenta A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E A REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, visando contextualizar o momento em que aparece o periódico, assim como elucidar alguns aspectos significativos da trajetória da formação de professores no Brasil. Delimitado este retrato, o capítulo segundo trata do CICLO DE VIDA DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE (1978-2005), elucidando a sua organização e estrutura, enquanto que o capítulo terceiro falará sobre A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REVISTA EDUCAÇÃO &

SOCIEDADE, abrangendo uma discussão sobre este tema partir da revista com os seus artigos. Finalizando o estudo são apresentadas as CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Fazem parte do corpo do texto as REFERÊNCIAS e os ANEXOS vinculados aos resumos dos artigos selecionados.

Capítulo 1

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E A REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

Este capítulo foi organizado buscando apresentar como ocorreu a formação docente em território brasileiro, visando contextualizar a inserção do periódico Educação & Sociedade nessa trajetória. Uma vez que este cenário é apresentado na revista por meio de seus artigos publicados; os quais apresentam como ocorreu a formação de professores no Brasil.

No intuito de situar o estudo exposto apresentou-se um pouco da história das instituições formadoras dos docentes no país, a qual foi iniciada com a instrução jesuítica e que hoje dispõe dos moldes universitários para formação dos futuros professores.

Como primeiro modelo de cursos de formação de professores apresenta-se o colonialista que teve a sua origem vinculada às experiências de escolarização desenvolvida em Portugal no século XVIII, momento em que os professores não eram treinados formalmente, e sim selecionados por meio de exames para desempenharem, assim, suas funções atribuídas; e também era parte do corpo docente os jesuítas incumbidos de um ensino aristocrático atrelado a catequeses.

Sobre esse período da educação Nóvoa (1995) comenta que a função docente acabou por se desenvolver de maneira subsidiada e não especializada, o que fez com que esta fosse à ocupação secundária de religiosos e leigos de diversas origens.

Entretanto, no século XIX o Brasil deixa de ser colônia e o modelo de sistema educativo deixa de ser proveniente de Portugal, passando a ser o francês.

Portanto, propostas e moldes franceses passaram a caracterizar a educação brasileira; momento esse, em que é proposta uma política educacional com influência iluminista na educação primária, a qual deveria estar voltada a todos conforme prevê a primeira Constituição brasileira outorgada em 1824 (Rodrigues e Sobrinho,2006); e especificada no Art. 179 desta Lei Magna dizia que a "instrução primária e gratuita para todos os cidadãos".

Conforme constata Tanuri (2001), apesar desse fato a profissão ainda possuía pouco prestígio e era mal remunerada, fato que pode relacionar-se ao número baixo de professores para o exercício da função; exercida quase que exclusivamente masculina, passando a ser aderida pelas mulheres a partir do final do século XIX.

Com o final do Império, e iniciado o período do Brasil República, temos em âmbito educacional a influência positivista na organização escolar; ocorrendo uma reformulação do conteúdo curricular e modificações na estrutura dos currículos dos cursos de formação de professores; o qual passa a ter duração de três anos, tendo como disciplinas do primeiro ano, gramática e língua nacional, aritmética, gramática e língua francesa e princípios cristãos; no segundo ano, gramática e língua nacional, geometria e gramática e língua francesa, e no terceiro e último ano, geografia, história, química e didática e metodologia.

Nos trinta anos seguintes não houve modificações significativas, apenas duas inovações; a introdução do ensino de ciências no currículo dos cursos de magistério e a implantação de disciplinas dirigidas ao profissional que buscava o magistério, exemplo: métodos de observação e métodos de aprendizagem.

No ano de 1892 ocorre a Lei da Reforma (educacional) que propunha um sistema de treinamento diversificado para professores, sendo um destinado ao treinamento de professores primários em escolas complementares e outros destinado a professores para os ginásios e escolas normais, que se localizavam em níveis mais elevados (TANURI, 2000).

Essa renovação do ensino primário, segundo Souza Neto (2008), fora motivada por falhas atribuídas ao preparo técnico-pedagógico dos professores e buscava

solucionar-se através de uma orientação didática prática dos alunos-mestres em Escolas Modelo, anexas aos Cursos Normais.

Já a década de vinte no que se refere à educação foi marcada por diversas reformas de abrangência estadual, como a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925, a de Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas, em 1927, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), em 1928 e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928.

O final da década acaba por culminar com uma crise econômica mundial (1929) e a revolução 30; que acabou por colocar definitivamente o Brasil no mundo capitalista, momento este que se começa a exigir uma mão-de-obra especializada e para tanto era preciso investimentos na área da educação.

Sendo assim, nesse mesmo ano, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes.

No ano de 1932, temos o Decreto 3.810 que critica o Ensino Normal de caráter dualista, onde ocorre a diferenciação entre cultura geral e cultura profissional; período também que surge um movimento experimental de Escola de Professores, que exige para seu ingresso a conclusão do ensino normal, conforme destacou Brzezinski (1996).

Em 1934 a nova Constituição Federal dispõe que a educação é de direitos de todos, que deve ser ministrada pela família e pelo poder público; no mesmo ano é criada a Universidade de São Paulo e no ano seguinte a Universidade do Distrito Federal.

Também foi a partir da década de 30 que o Brasil passa a adotar o modelo 3+1 (três anos de curso regular mais um ano de determinada matéria pedagógica a ser escolhida pelo estudante), ainda ocorreu o Movimento da Escola Nova (Movimento dos Pioneiros da Educação) com diversos seminários sobre educação inspirados nos pensamentos do americano John Dewey (Cury, 1978; Lima, 1978; Mendes, 1986).

O currículo sofreu alterações com a introdução do estudo de biologia, higiene, desenho, artes plásticas e práticas de ensino; ocorreu a criação do INEP (instituição Nacional de Estudos Pedagógicos), da União Nacional dos Estudantes e a implementação dos cursos de pedagogia nas Faculdades de Filosofia Ciências e Letras

da Universidade de São Paulo (USP) e na universidade do Brasil (VILELLA, 1992; TANURI, 2000).

Em meio a instabilidade que as escolas Normais apresentavam, surge em 1939 o Curso de Pedagogia implantado na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, através do Decreto-Lei n. 1190; que segundo Brzenzinski (1996) tinha já a finalidade de preparar os chamados técnicos em educação e formar os atuantes do magistério, assim como desenvolver pesquisas e apresentando assim a multifuncionalidade universitária.

Na década de 40 o ensino passou a ser composto por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser clássico ou científico, (voltado para a formação geral, desvinculando-se do caráter propedêutico educacional).

Com o fim do Estado Novo adotou-se uma nova Constituição, esta de cunho liberal e democrático; a qual na área da Educação determinou a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dava competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Além disso, retomou o preceito de que a educação é direito de todos, inspirada nos princípios do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Na década de 60, após 13 anos de discussões acerca do anteprojeto apresentado, é promulgada a Lei 4024/61 (Lei de Diretrizes e Bases) sem apresentar significativas mudanças ao ensino normal; passando a exigir um currículo mínimo para atender a formação cultural e profissional (SOUZA NETO, 2008); essa lei traz uma transformação significativa para a formação de professores no país, pois a partir dela é fundado o sistema dual de formação docente e os professores primários (anos iniciais de ensino) passam a ser treinados em escolas normais situadas em nível médio, através do Parecer CFE 251/62 (SILVA, 1999).

Momento este também marcado pela fragmentação dos cursos de pedagogia em especialização profissional voltada à supervisão escolar, administração, inspeção e orientação, fato que influenciou na queda da qualidade do curso. (SILVA, 1999; SANTOS, 2002). Ainda durante essa década foi criado o Conselho Federal de Educação, além da criação Conselhos Estaduais de Educação, do Plano Nacional de

Educação e do Programa Nacional de Alfabetização, uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire.

Na década de 70 surge o periódico, Educação & Sociedade, foco deste estudo tem suas atividades iniciadas; momento mais cruel da ditadura militar em que qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física.

Além do surgimento da Teoria do Capital Humano como referencial teórico e a Lei 5.692/71 é instituída (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); cuja característica mais marcante era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante, focando por uma formação rápida e econômica, centrada no treinamento para servir a força de trabalho, e que foi passiva de muitas críticas; colocando o magistério como mais uma habilitação profissionalizante na escola de nível médio, enquanto que a formação de professores da 5 a 8 série ocorria em nível superior; em uma licenciatura curta com duração máxima de dois anos (TANURI, 2000).

Imbernón (2000, p.57), retrata o discurso ambíguo presente acerca da formação docente e da real condição que esta estava submetida:

“O sistema Educacional sempre situou a formação do profissional da educação, ou seja, a profissionalização docente, no contexto de um discurso ambivalente, paradoxal ou simplesmente contraditório; de um lado, a retórica histórica da importância dessa formação; de outro a realidade da miséria social e acadêmica que lhe concedeu.”

Nas décadas seguintes, 80 e 90, nos deparamos com um debate contemporâneo coordenados pelo Movimento Nacional para a Reformulação dos Cursos de Formação de Professores já que o curso era alvo de muitas críticas, dentre esses críticos destaca-se o Conselheiro Valnir Chagas, que chegou a pedir pela extinção do curso.

Em 1986 foi promulgada a nova Constituição Brasileira e ocorre uma reestruturação do curso de pedagogia em todo país e 1988 o Projeto de Lei da nova LDB foi encaminhado à Câmara Federal, sendo sancionado em 1996. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quem tem o artigo 61 voltado à formação docente, seguindo os objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino que

englobam a educação básica; a qual abrange a educação infantil (creches e pré-escolas) e o ensino fundamental.

Esta lei ainda prevê a formação de professores em nível superior de licenciatura plena para o exercício do magistério na educação básica, a abolição dos cursos normais até o ano de 2007 e que até o ano de 2006 todos os professores tenham formação em nível superior (Aguiar, 1997).

Para tanto; na própria LDB, é criada a formação em serviço voltada aos docentes da rede que não possuíam nível superior; por isso em 2001 é criado o Programa Especial de Formação Pedagógica Superior; uma aliança entre a Secretaria Estadual de Educação com Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Pontifícia de São Paulo (PUC/SP), desde que os cursos tivessem sua estrutura e conteúdo curricular seguissem as diretrizes do Conselho Nacional de Educação e dos Conselhos Estaduais de Educação.

O Governo Federal aliado ao Ministério da Educação (MEC) e ao Conselho nacional de Educação (CNE) trouxe novas propostas apresentadas através das Resoluções CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002, onde era prevista que a formação do docente voltado a educação básica tivesse ênfase a valorização da pesquisa; anos depois através do Parecer CNE/CP 1/2006, foram instituídas diretrizes para o curso de Pedagogia. O qual previa em seu Art. 4 que:

“O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, e de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (BRASIL, 2006).

A realidade sobre a formação docente no Brasil é que esta é fruto do descaso que culmina com a precariedade em que até hoje se encontra; esse lamentável fato vincula-se a seus primórdios de colonização que aculturou o indígena nativo e em um segundo momento dividiu a educação entre intelectual e braçal voltada à força de trabalho.

Este modelo elitista está refletido até hoje educação nacional e na formação dos professores; no entanto essa educação só começou a tomar forma após a vinda da

família real para o Brasil, e moldar-se a partir de 1827, quando é implantada a Lei Geral do Ensino a única lei geral relativa ao ensino elementar até 1946, que buscou por uma organização docente no Brasil.

Enquanto a formação do professor veio ter início no ano de 1835 com a criação da primeira escola normal como um meio de controle e dominação social ocorrida através de uma instrução populacional marcada pela ausência do pensamento próprio. No entanto esta formação em Escolas Normais só veio a ser extinta no de 1996 através da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

Ao analisarmos a Escola Normal que perdurou no Brasil por mais de um século podemos observar que a formação dos profissionais da educação sempre esteve em segundo plano nas políticas públicas de educação, as quais são vinculadas aos interesses externos à educação e que, por isso, não formam adequadamente os docentes, e que seu currículo é excessivamente técnico, separando teoria e prática na vida docente; em suma, a própria formação em nível médio não prepara e adéqua o futuro professor a realidade que lhe espera em uma sala de aula.

Para buscar por uma formação mais adequada e profunda a LDB de 1996 vai instituir formação em nível superior para os professores do primeiro grau (ensino fundamental I e educação infantil); e para facilitar o acesso ao ensino superior, na busca da certificação em detrimento à qualidade de ensino, o Estado amplia as instituições de ensino superior, abrindo, assim, muitas possibilidades de formação superior, dentre e elas os Institutos Superiores de Educação.

Capítulo 2

CICLO DE VIDA DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE (1978-2005)

A Revista Educação & Sociedade teve suas atividades iniciadas no ano de 1978 com o título de “O educador precisa ser educado”, e trazia em seu interior três artigos focados na formação de professores; “A alfabetização de adultos: é ela um que fazer neutro?”, da autoria de Paulo Freire, e um outro intitulado “Nossa posição sobre a educação pré-escolar”, de Leo Kessel.; os quais abordavam a questão da prática pedagógica. Este número ainda continha o artigo “Revisão crítica do papel do pedagogo na atual sociedade brasileira”, de autoria de Moacir Gadotti, discutindo a relação teoria e prática. Nos anos seguintes a revista continuou abordando a formação de professores, além de outros temas relevantes na educação geral em âmbito nacional e internacional.

No seu primeiro ano de vida (1978) o periódico tinha sua publicação sobre responsabilidade da Editora UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS em convênio com a Editora CORTEZ & MORAES, no ano seguinte, 1979, sua edição era de responsabilidade do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), publicada e comercializada pela Editora Cortez & Moraes; durante os dois anos seguintes, 1980/1981, sua edição permaneceu de responsabilidade do CEDES, mas passou a ser publicada e comercializada pela CORTEZ EDITORA e AUTORES ASSOCIADOS; manteve-se sobre responsabilidade do CEDES, e sua publicação e comercialização no ano 1982 até 1989 ficou por conta da CORTEZ EDITORA.

É a partir de 1990 que a revista Educação & Sociedade passa a editada e publicada pela EDITORA REVISTA DOS CEDES TRIBUNAIS Ltda; no ano seguinte até 1996 sua edição retorna ao Centro de Estudos Educação e Sociedade, com publicação e comercialização da Papyrus. Em 1997 a revista Educação & Sociedade passa a ser financiada com recurso de Programa de Apoio a Publicações Científicas

(MCT, CNPq e FINEP) com responsabilidade editorial, de publicação e vendas pelas CEDES, que perdura até os dias de hoje.

Educação & Sociedade foi planejada como instrumento de incentivo à pesquisa acadêmica e ao amplo debate sobre o ensino, nos seus diversos prismas, a revista aceita colaborações de artigos e resenhas na área de Ciência da Educação; destina-se à divulgação de trabalhos que incentivem a pesquisa acadêmica e o debate amplo sobre a educação nos diversos prismas de sua relação com a sociedade. Os trabalhos encaminhados para publicação devem ser inéditos, em meios impressos ou eletrônicos, não sendo permitida a sua apresentação simultânea para avaliação em outro periódico. A revista receberá para publicação artigos redigidos em português, espanhol, francês, inglês e alemão. Os artigos em inglês, francês e alemão, após a sua aprovação, serão traduzidos para o português e revistos pelos autores; na publicação eletrônica, os textos estrangeiros, com exceção do espanhol, serão disponibilizados também em seus idiomas de origem. Estes artigos são destinados a cientistas e educadores que atuam nas áreas das ciências humanas e em outros campos do saber; sendo publicada, inicialmente de forma quadrimestral; e, a partir de 1995 um número especial temático tem sido organizado a cada ano; o que tornou a Revista uma publicação trimestral.

Educação & Sociedade tem suas sessões divididas em: artigos, debates, resenhas, editorial, resumos, jornal da educação, análise da prática pedagógica, crônica do cotidiano escolar, pesquisa no CEDES, dossiê, formação de profissionais da educação e análise; no entanto essas sessões não são fixas em todos os exemplares da revista, variando as quais são apresentadas em cada número do periódico, sendo permanentes os artigos cujos quais variam a temática educacional abordada por cada autor.

Ao longo de sua história a revista Educação & Sociedade contou com vários colaboradores, mais cabe destacarmos aqui alguns autores que são colaboradores permanentes.

ANO	CONSELHO DE COLABORADORES	UNIVERSIDADE
1978	Celso de Rui Beisiegel	USP

1978	Demerval Saviani	UNICAMP
1978	Luiz Antônio Cunha	UFRJ
1978	Milton José de Almeida	UNICAMP
1978	Mirian Jorge Warde	PUC - SP
1979	Walter Esteves Garcia	INSTITUTO PAULO FREIRE
1979	Carlos Rodrigues Brandão	UNICAMP
1979	Carlos Roberto Jamil Cury	PUC - MG
1982	Eloísa de Mattos Höfling	UNICAMP
1982	Evaldo Amaro Vieira	USP
1984	Angel Pino	UNICAMP/UNIVALE
1987	Joaquim Brasil Fontes Jr.	UNICAMP
1989	Reginaldo Corrêa de Moraes	UNICAMP
1989	Antonio Muniz de Rezende	UNICAMP
1990	Newton Bryan	UNICAMP
1990	Marcia de Paula Leite	UNICAMP
1990	Helena Costa Lopes de Freitas	UNICAMP

Além desses colaboradores que tornaram possível a história de Educação & Sociedade cabe salientarmos aqui, também, os membros que compuseram a comissão da direção e da redação do periódico; contribuindo para o crescimento da revista.

Ano de ingresso	COMISSÃO DE DIREÇÃO/ REDAÇÃO DO PERIÓDICO
1978	Moacir Gadotti
1978	Antonio Muniz de Rezende
1978	Elizabeth Silveiras Pompêo de Camargo
1978	Maurício Tragtenberg
1979	Ivany Rodrigues Pino
1979	Vanilda Paiva
1980	Joaquim Brasil Fontes Júnior

1981	Milton José de Almeida
1991	Olga Rodrigues de M. Von Sinson
1995	Renato Dagenino
1995	Reginaldo Carmelo C. de Moraes
1995	Patrícia Piozzi
2000	Silvia M. Manfredi
2001	Roberto Romano

Aqui, traremos outras pessoas que tornaram e fazem da revista uma assumidade no campo educacional, como a editora-coordenadora Ivany Rodrigues Pino (CEDES – Brasil); o editor técnico Valdir Gomes (CEDES – Brasil), e o comitê editorial que representado no quadro a seguir.

ANO	COMITÊ EDITORIAL	UNIVERSIDADE
1999	Pedro Goergen	UNISO – Brasil
2000	Celso João Ferretti	UNISO – Brasil
2001	Almerindo Janela Afonso	Universidade do Minho - Portugal
2003	Patrícia Piozzi	UNICAMP – Brasil
2004	Antonio Alvaro Soares Zuin	UFSCAR – Brasil
2005	José Marcelino de Rezende Pinto	UNICAMP – Brasil
2009	Theresa Adrião	UNESP – Brasil

O Conselho Editorial Nacional de Educação & sociedade é composto conforme indica o quadro abaixo.

ANO	CONSELHO EDITORIAL NACIONAL	UNIVERSIDADE
1985	Sergio Haddad	Ação Educativa
1987	Agueda Bernadete Bittencourt	UNICAMP – Brasil
1990	Afrânio Mendes Catani	USP – Brasil
1994	Gaudêncio Frigotto	UFRJ
1994	Sonia Kramer	PUC -RJ
1997	Silvia Maria Manfredi	Instituto Paulo Freire - Itália

1998	Adair Mendes Nacarato	USP
1999	Adriana Lia Frizman Laplane	UNICAMP
1999	Cristina Bruzzo	UNICAMP
1999	Eneida Oto Shiroma	UFSC
1999	Iria Brzezinski	UCG
1999	Jacques Velloso	UNB
1999	Janete Maria Lins de Azevedo	UFPP
1999	Júlio Emílio Diniz Pereira	UFMG
1999	Maria Malta Campos	FCC
1999	Nelson De Luca Pretto	UFBA
1999	Silke Weber	UEPE
1999	Vani Moreira Kenski	USP e SITE EDUCACIONAL
2000	Elisa Angotti Kossovitch	UNICAMP
2000	Hermengarda Alves Lüdke	PUC-RIO
2000	Valdemar Sguissardi	UNIMEP
2000	Alfredo Macedo Gomes	UEPE
2000	Jorge Abrahão de Castro	IPEA
2000	José Dias Sobrinho	UNISO
2000	Luciola Licino Santos	UFMG
2000	Magda Becker Soares	UFMG
2000	Naura Syria Carapeto Ferreira	UTP
2001	Maria Alice Nogueira	UFMG
2002	José Marcelino de Rezende Pinto	USP
2002	José Willington Germano	UFRN
2002	Maria Helena de Souza Patto	USP
2002	Alfredo José Veiga-Neto	UFGS
2002	Lisete Regina Gomes Arelaro	USP
2002	Luiz Fernandes Dourado	UFG
2002	Márcia Angela da Silva Aguiar	UFPE
2002	Maria Luiza Belloni	UFSC

2002	Vera Maria Ferrão Candau	PUC-RIO
2003	Regina Leite Garcia	UFF
2003	Acacia Zeneida Kuenzer	UFPR
2003	Ana Lúcia Goulart de Faria	UNICAMP
2003	Antonio Flávio Barbosa Moreira	UCP
2003	José Roberto Heloani	UNICAMP
2003	Newton Ramos de Oliveira	UNESP
2004	Isaura Belloni	Universidade de Brasília
2004	Zaia Brandão	PUC-RIO
2004	Marta Maria Chagas Carvalho	UNISO
2004	Vitor Henrique Paro	USP
2005	João Reis Silva Jr.	UFSCAR
2005	Nilda Guimarães Alves	UERJ
2005	Romualdo Portela Oliveira	USP
2005	Júlio Romero Ferreira	CEDES
2006	Luís Carlos Freitas	UNICAMP
2007	Wenceslao Machado Oliveira Jr.	UNICAMP
2007	Sandra Maria Zákia Lian Sousa	USP
2007	Nadja Mara Herman	PUCRS
2007	Ana Luiza Bustamante Smolka	UNICAMP
2008	Jucirema Quinteiro	UFSC
2008	José Luís Sanfelice	UNICAMP
2008	Cláudio Almir Dalbosco	UPF
2008	Doris Accioly e Silva	USP
2008	Raquel Goulart Barreto	UERJ
2008	Nicholas Davies	UFF
2008	Maria Ciavatta	UFF
2008	Lúcia Emília Bruno	USP
2008	Llian Lopes Martin da Silva	UNICAMP
2008	Alice Casimiro Lopes	UFRJ

2008	Alvaro Moreira Hypolito	UFPEL
2008	Ana Maria Fonseca Almeida	UNICAMP
2008	Aparecida Neri de Souza	UNICAMP
2008	Cartola Boto	USP
2008	Dalila Andrade Oliveira	UFMG
2009	Maria Cecília Rafael Góes	UNIMEP
2010	Silvio Gallo	UNICAMP

Enquanto que o conselho editorial internacional está composto segundo a tabela a seguir.

ANO	CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL	UNIVERSIDADE
1994	Roger Dale	Bristol University - Grã-Bretanha
1998	António Teodoro	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Portugal
1999	Christoph Wulf	Freie Universität Berlin - Alemanha
1999	Clementina Marques Cardoso	Universidade de Londres - Grã-Bretanha
2000	Cecília Maria Ferreira Borges	Universidade de Montreal - Canadá
2000	Mariano Fernández Enguita	Universidad de Salamanca – Espanha
2000	Myriam Inés Feldfeber	Universidad de Buenos Aires – Argentina
2002	Maurice Tardif	Universidade de Montreal – Canadá
2002	Guadalupe Bertussi	Universidade Pedagógica Nacional do México - México
2004	João Barroso	Universidade de Lisboa - Portugal
2004	Xavier Bonal	Universidade Autònoma de Barcelona - Espanha
2005	Roger Dale	Bristol University - Grã-Bretanha
2005	Bernard Lahire	Ecole normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines - França
2005	Rui Vieira de Castro	Universidade do Minho - Portugal
2007	Eric Plaisance	Université Paris Descartes - França

A história, ainda viva, de Educação & Sociedade conta com doze sessões, que variam a cada publicação, que constituíram os trinta e dois anos de existência da revista que foi um marco na abordagem do tema “formação de professores”, trazendo em seus artigos discussões e contribuições sobre como ocorria ou como deveria se dar a formação do docente atuante. Durante seus dezenove anos iniciais (1978-1997) a circulação do periódico se dava somente por meio de impressos, no entanto, desde o

ano de 1997 a revista passou a ser, também, publicada via internet, através do site Scielo. Outro mérito deste periódico está associado ao fato deste ter seus trabalhos aberto a países da América Latina e Europa, através de contribuições de autores internacionais no núcleo da revista; sendo indexada por BBE (Bibliografia Brasileira de Educação - INEP – Brasília), Contents Pages in Education (Carfax Publishing Company - Reino Unido), Linguistics & Language Behaviour Abstracts, Social Services Abstracts e Sociological Abstracts.

Capítulo 3

A Formação de Professores na Revista Educação & Sociedade

Dentro dos artigos que trouxeram a temática da formação docente como foco, tratamos de os classificarmos em eixos temáticos acerca do assunto abordado em: Profissão, Saberes Docentes, Identidade do Professor, Prática Pedagógica, Proposta Curricular e Currículo, Relação Teoria e Prática, Avaliação e Formação Inicial e Continuada; por acreditarmos que estes enquadrariam e embasariam satisfatoriamente nossa pauta a ser trabalhada.

Iniciaremos trazendo os artigos que dentro do tema “formação de professores” desmembraram-se na discussão sobre a prática pedagógica docente, este assunto foi retratado nos anos de 1978, por Paulo Freire; 1979, Guiomar Namó de Mello; 1980, Maria Nilde Mascellani e Walter Esteves Garcia; 1984, Marisa Ramos Barbieri, Zilama M. Ramos de Oliveira e Maria Júlia Gilberti; 1985, Sérgio Haddad, 1997; Tizuko Morchida Kishimoto, que debatem como esta prática ocorre na sociedade e a maneira que deveria ser desempenhada pelos profissionais do magistério.

Na análise de Paulo Freire (1978), a educação é um meio de transformar a sociedade, uma sociedade repressiva e passiva através da formação de um homem crítico e pensante; ainda nesse linha pensamento, focando por uma educação emancipatória, Guiomar Namó de Mello (1979), discuti a política educativa segregativa vigente no interior das escolas do país. Nos artigos de Maria Nilde Mascellani (1980), Walter Esteves Garcia (1980) e Marisa Ramos Barbieri, Zilma M. Ramos de Oliveira e Maria Júlia Gilberti (1984), temos como fio condutor a formação do educador que deveria estar voltado ao senso crítico-reflexivo capaz de educar através da liberdade de criação individual. Leo Kessel (1978) enfatiza a necessidade de inserir na educação das crianças brasileiras a realidade cultural que esta vivencia através de uma

aprendizagem significativa, como salientou o autor Miguel de La Puente (1980), em seu artigo.

Ainda abordando a Prática Pedagógica, Sérgio Haddad (1985) traz uma crítica ao ensino supletivo vigente no país e sugere ações que contribuam para mudanças significativas para esse tipo ensino; enquanto Nelma Baldin (1985) discute como ocorre a formação do docente no curso de História, a postura e a prática pedagógica que o educador assumirá no exercício de sua função; e Tizuko Morchida Kishimoto (1996) descreve a experiência do primeiro jardim-de-infância no estado de São Paulo vinculado a prática pedagógica froebeliana.

Mesmo que trazendo como foco da discussão diferentes etapas do ensino educacional brasileiro, os autores têm como foco o apelo crítico pela formação de um educador capaz de ensinar por práticas pedagógicas que contemplem o indivíduo como todo; um ser pensante capaz de refletir, criar e fazer uma aliança entre sua bagagem cultural e os conteúdos provenientes da educação escolar regular.

Outro eixo abordado por autores em Educação & Sociedade, dentro da temática “formação de professores”, temos a questão da Relação Teoria e Prática abordada pelos autores Moacir Gadotti (1978), que questiona a falta de transformação na formação e na postura do pedagogo atuante e Pedro L. Goergen (1979) que discute as instituições de ensino superior do país, tendo como norte sua estrutura e objetivos gerais como função educacional do futuro educador.

Também temos a relação existente entre “formação docente” e os saberes docentes, na ótica de alguns autores que redigiram artigos acerca do assunto; como Antonio Muniz de Rezende (1979) com relato de um trabalho de pesquisa realizado na UNICAMP sobre como ocorria a pós-graduação em administração educacional, e questionando a dosagem de carga referente a educação e quanto relacionava-se a administração; enquanto Luiz Antônio Cunha (1980) questiona a metodologia utilizada para a formação dos educadores e como esta acaba por influenciar na futura prática pedagógica desse educador. Os saberes são indagados também no artigo de Sarita Affonso Moysés (1985), mais focando sua utilização no caso da alfabetização, e como

um equívoco de compreensão na vida acadêmica pode acabar por dificultando esse enfoque de trabalho; vinculando-o a um ideal de escolarização.

Na abordagem dos currículos referentes a formação do educador tivemos selecionados três artigos acerca do assunto, inicialmente, em 1979 Irene de Arruda Ribeiro Cardoso conclama uma possível reforma universitária realizada através de debates, enfatizando a Universidade de São Paulo; tendo como enalço o estatuto de 1970, após dezoito anos Sônia Kramer (1997), sob a luz da LDB/96, questiona a elaboração, implementação e legislação do currículo em que refere-se na formação do magistrado; além de apontar falhas na metodologia adotada pelos Parâmetros Curriculares, assim como falta de participação da sociedade, em geral, para obter uma real transformação das propostas curriculares vigentes. Como exemplo e alternativa de proposta curricular para a educação infantil; temos o texto de Tizuko Morchida Kishimoto (1997), que utiliza da experiência adota pelo Japão para sugerir um novo currículo nacional; pautado nas relações humanas que visam formar no pequeno indivíduo a criatividade, caráter individual, independência, responsabilidade pessoal e autodisciplina; numa busca por adequar a filosofia japonesa a realidade da educação infantil do país.

Os autores do periódico também trouxeram a discussão da profissionalidade docente retrataram o trabalho do educador trazendo as mudanças no mundo moderno e como essas acarretaram o perfil e trabalho docente; começamos pelo artigo de Celso Rui Beigiesel (1979) que traça sua discussão com base nos escritos de Paulo Freire, de como a educação deveria ocorrer para população e sobre a atuação ideal do professor para com a mesma; enquanto que Luiz Carlos de Freitas (1985) traz dois artigos no periódico abarcando a causa da profissão pedagogo, analisando como este desempenha seu papel nas escolas quando exercem cargos além sala de aula e como pode ocorrer a redução da especificidade do trabalho do pedagogo. Como o exercício de um dado cargo mudando no decorrer dos anos, Silvia Maria Manfredi (1998), traça um retrato histórico do desempenho de competências a partir da década de 50 e como estas qualificações para o trabalho foram digeridas e inseridas no contexto educacional.

Luiz Carlos Freitas (1982) trouxe no interior de seu artigo a discussão sobre identidade do profissional da educação alicerçado a profissionalidade do mesmo, questionando seus desempenhos enquanto educador; na questão identidade a autora Célia Frazão Soares Linhares (1987) enfoca a questão do pedagogo na fragmentação de sua formação e desempenho de funções que lhe cabe, o que pode acarretar na tecnificação do processo educacional. Nessa linha de raciocínio segue Acácia Zenlida Kuenzer (1999), retratando as alterações na sociedade e no mundo do trabalho que acabam por refletir na formação da identidade docente; que é alvo também da capacitação por partes de estudo, tornando o profissional cada vez mais segmentado e que, conseqüentemente, acaba tornando-o menos qualificado para o exercício docente.

Frente a todas as alterações que formação do professor sofreu durante os anos, o autor Luiz Carlos Freitas traz no ano de 2004 um artigo fazendo uma avaliação sobre transformações ocorridas durante os anos 90 desde economia mundial, as relações sociais de trabalho; e como este aglomerado de oscilações acabou por influenciar a educação em geral, abarcando sua metodologia de trabalho e a avaliação do trabalho prestado para a sociedade, na forma conhecida e camuflada de “educação para todos”, momento no qual procedimentos de medir a qualidade da educação oferecida foram adotados pelo governo, assim como na disputa de competências entre os professores; acabando por disseminar a proposta de um trabalho coletivo desenvolvido pelo corpo docente.

Muitas transformações ocorreram em relação a política mundial que emoldurava os paradigmas sociais da realidade até então vigentes, e que acabaram por afetar e influenciar a formação docente, Helena Costa Lopes Freitas (1999) faz uma análise, em um de seus artigos, sobre essas transformações que ocorrem durante as décadas de 70, com a democratização da sociedade que trouxe um apelo por melhorias na educação básica e na formação destes professores; em 80, temos o movimento de reformulação dos cursos de formação do educador priorizando a concepção sócio-histórica de educar, e 90, quando ocorre a Conferência de Jontien (Tailândia) visando elevar a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, que acabou por fundamentar o Plano Decenal; e como essas alterações vieram comprometer a

formação dos professores, as quais podem ser retratadas através de um aumento dos cursos oferecidos por Institutos de Educação Superior, cuja qualidade é bastante questionável.

Enquanto que Celso João Ferretti (1997) traça esse panorama de mudanças ocorridas, em especial, nos anos 90 que acabou por culminar com um *boom* da educação profissionalizante no intuito de suprir as necessidades da nova política econômica tecnicista focada na qualificação do indivíduo para obtenção de uma maior produtividade em curto prazo atendendo assim as demandas por trabalhadores em empresas por todo o país; este lapso que ocorre entre educação como fonte de conhecimento e preparação imediata ao mercado de trabalho foi alvo de crítica dos autores Menga Lüdke, Antônio Flávio Barbosa Moreira e Maria Isabel da Cunha (1999) fazem uma correlação deste fato com análises das propostas educacionais do Banco Mundial, que prevê uma aproximação entre escola e empresa, e utiliza as experiências ocorridas já na Europa, as quais enfatizam a capacitação em serviço em detrimento de uma formação inicial; uma vez que o Brasil sofreu grande influência do continente, especialmente da França, como relata Maria Malta Campos (1999), através de um paralelo traçado entre os dois países.

Na linha das alterações no campo educacional Miguel G. Arroyo (1999) traz uma discussão sobre a influência e divisão dos ciclos dentro das escolas, e a maneira que segregação acaba influenciando na formação de professores, destinando aos docentes uma formação em centros de treinamento e de capacitação; e estes dando como retorno uma educação baseada na transmissão de conhecimento para seus alunos, o autor complementa, ainda não vendo os ciclos como benefício na proposta de formação docente, e a avalia como retrocesso a Lei 5692/71, propondo uma leitura e entendimento posterior do que prevê a LDB/96.

A política econômica externa também foi pauta para Júlio Emílio Diniz Pereira (1999) que faz um retrato dos acordos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a influência deste nos Decretos que o anteviu em relação a formação docente; trazendo como carro-frente a diferenciação que ocorre na formação dos professores que atuam na Educação Infantil e aqueles do Ensino Fundamental I e II; além de abordar o meio

como está ocorre a formação nas universidades e nos Institutos Superiores de Educação; sugerindo que ambos seguissem as diretrizes curriculares nacional no intuito de obter, assim, uma formação base padrão; assim como já assinalaram em seus artigos Maria Malta Campos (1999), e Carlos Alberto Marques e Júlio Emílio Diniz Pereira (2002).

Este panorama da realidade educacional foi foco de crítica assídua de diversos autores pela perda da especificidade do professor, causado pela formação por capacitação; como expôs Cecília Azevedo Lima Collaros, Maria Aparecida Affonso Moysés, João Wanderley Geraldi (1999). No intuito de compreender a realidade e na busca por soluções Leda Scheibe e Márcia Ângela Aguiar (1999) trazem um histórico sobre o surgimento, conquistas e retrocessos no curso de Pedagogia do país, que influenciaram na formação dos professores; ainda temos José Carlos Libâneo e Selma Garrido Pimenta (1999) que analisam, particularmente, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996; focando no Título VI, que vai discutir a formação docente, a organização das universidades e os institutos de ensino superior que formarão o pedagogo.

Na linha dos avanços e tentativas de melhorar a formação dos professores e a educação geral do país as autoras Maria Teresa Leitão de Melo (1999) e Helena Costa Freitas (2002), em seus receptivos artigos, trazem fatores de influencia na busca por melhoria na escola básica e na formação docente; como a criação da Anfope e do Conarcf, que buscou pela reformulação dos cursos superiores de formação; a Conferencia realizada no México e em Jontien, para discussão dos problemas educacionais, a criação do Plano Decenal, a LDB e o Plano Nacional de Educação; no Brasil, e a discussão da Educação para todos” na América Latina; para Maria Teresa Leitão de Melo (1999), é necessária uma conscientização acerca da dimensão social do trabalho docente; valorizando a formação de qualidade do docente.

A formação inicial dos professores é um meio de obter êxito nessa conscientização, tornando o profissional formado plenamente e completo; questionando e avaliando como ocorre essa formação e propondo uma reformulação curricular, seguindo esta linha de raciocínio que José Camilo dos Santos Filho (1982); que completa fazendo menção a Recomendação da OIT/UNESCO de 1966 relativa ao

Estatuto do Professores; assim como ter um perfil pré-definido do professor que se pretende formar, criando estratégias de aprendizagem e articulação entre teoria e prática; complementa Julieta Beatriz Ramos Desaulniers (1997).

Dentro de uma história configurada por lutas e conquistas Iria Brzenzinski (1999) traça um panorama histórico desde o século XIX abordando as leis e os decretos, e como estes intervieram na formação dos professores, e de uma maneira nem sempre positiva, como é o caso da formação que se espera do professores de Educação Infantil; como complementa a autora Tizuko Morchida Kishimoto (1999), baseada na Constituição de 1888, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Diretrizes e Bases (1996) e da Lei Orgânica de Assistência Social, discuti a formação do profissional da Educacional Infantil; uma vez que estas leis garantem a educação para crianças de zero a seis anos de idade garantidos pelo governo, fazendo uma ponte com a deficiência na formação dos profissionais que atuam na área, e faz um retrato histórico do curso de pedagogia no país e completa com a criação contínua dos Institutos Superior de Educação.

No entanto, a Educação Infantil não é única que peca na formação de seus profissionais, a autora Vera Masagão Ribeiro (2006) relata a falta de pesquisas e as falhas contidas na formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos; e aborda a necessidade de especializar o profissional da área.

A modalidade educação a distância acabou se espalhando pelo país na tentativa de camuflar os problemas encontrados no ensino, Elba Siqueira de Sá Barreto (1997) coloca essa modalidade de ensino como resultado das inovações tecnológicas que influenciaram na educação e na formação de futuros profissionais, o mesmo pensamento tem Helena Costa Lopes Freitas (2002), que questiona a qualidade dos mesmos oferecidos. Maria Luiza Belloni (2006) discuti a segunda metade do século XX fazendo referência aos cursos de formação em nível superior a distância e de cursos voltados a alfabetização de adultos também a distância; sobressaltando que esta modalidade a distância para garantir uma melhor formação profissional deveria estar aliada ao ensino presencial.

Na tentativa de suprir essa defasagem na formação dos profissionais em educação é proposta uma formação continuada como meio dos professores manterem-se em constante atualização de conhecimentos, apesar deste ideal em relação a classe magistrada o autor Décio Saes (1979) traz uma questão bastante pertinente, por meio de uma ótima crítica, quando o assunto é o ingresso de professores em cursos de pós-graduação; questionando sua real intenção, se este é um meio de ascensão social ou uma forma de aquisição de novos conhecimentos. Enquanto que Acácia Zeneida Kuenzer e Maria Célia Marcondes de Moraes (2005), que fazem um debate sobre os cursos de pós-graduação no país buscando abranger a elaboração das prioridades educativas deste, a organização institucional em que está inserida, sua elaboração curricular e a definição de seus parâmetros; para que assim as necessidades docentes sejam complementadas supridas nestes cursos; além da extensão universitária, segundo Demerval Saviani (1981), tenha incorporado em sua especificidade também a função social na qual o docente está inserido; que refere-se a difusão e socialização deste conhecimento ali desenvolvido, trazendo, desta maneira, um retorno para a sociedade que contribui para a sustentação das universidades se manterem vivas e operantes.

A apresentação dos artigos presentes no periódico Educação & Sociedade está representado no quadro aqui apresentado.

N.º	Vol.	Ano	Mês	Temática	Artigo
1		1978	Set	Educador precisa ser educado	X
2		1979	Jan	Administração poder e trabalho	X
3		1979	Mai	Pedagogia do oprimido, Educação do colonizador	X
4		1979	Set	<i>Ilusão política e desilusão pedagógica</i>	Sobre violência
5	1	1980	Jan	Educador = Trabalhador	CUNHA, L. A. Quem educa os educadores. p. 41-46
6	1	1980	Jun	Resistência / Submissão	X
7	1	1980	Set	Educação e Imperialismo	Nada em específico
8	2	1981	Mar	Educação: Instrumento de luta	Nada em específico
9	2	1981	Mai	Luta pela organização dos educadores	WACHOWICZ, L. A. A formação do educador.
10	2	1981	Set	Dimensão Política da ação educativa	X
11	3	1982	Jan	Luta pela autonomia	X
12	3	1982	Set	Avanço na luta	Sobre práticas libertárias
13	3	1982	Dez	Após as eleições o debate continua	SANTOS FILHO, J. C. Diretrizes curriculares para a formação inicial do professor de escola de 1º e 2º grau. p. 83-100
14	4	1983	Abr	Crítica e a prática da educação	X
15	4	1983	Ago	Pensar a educação e pensar a sociedade	X
16	4	1983	Dez	Pensar a educação e pensar a transformação social	X

17	5	1984	Abr	Educar é preciso	Educação e sindicalismo
18	5	1984	Ago	Educação - Educar - Saber	X
19	5	1984	Dez	Educação em revista	X
20	6	1985	Jan/abr	Mudança ou Transformação	X
21	6	1985	Mai/ago	III Conferência Brasileira de Educação	X
22	6	1985	Set/dez	Educador no front	FREITAS, L. C. Notas sobre a especificidade do pedagogo e suas responsabilidades no estudo da teoria e prática pedagógica. p. 12-19
23	7	1986	Abr		X
24	7	1986	Ago		X
25	7	1986	Dez	IV conferência brasileira de educação	- BADIN, N. Formação teórica e prática pedagógica do professor de História. - SERBINO, R. V. et al. Ensinar, pesquisar, aprender: Uma experiência de formação de professores. - CUNHA, M. I. Reflexões sobre a educação de professores como a prática de supervisão pedagógica.
26	8	1987	Abr	Sobre línguas	- II Encontro Nacional da Comissão Nacional dos cursos de Formação do Educador- Documento Final
27	8	1987	Set		X
28	8	1987	Dez	Reforma educacional	Alguns artigos sobre prática pedagógica no ensino superior
29	9	1988	Jul	Discurso de servidão voluntária	MARINI, T. As disciplinas humanas no currículos de formação de profissionais da área da saúde.
30	9	1988	Ago	Nova Lei da Educação	X
31	9	1988	Dez	V Conferência Brasileira de Educação	CALAZANS, M. J. C. Formação do planejador: Educação articulando prática-teórica.
32	10	1989	Abr		X
33	10	1989	Ago		X
34	10	1989	Dez		BAETHGE, M. Novas tecnologias, perspectivas profissionais e autocompreensão cultural: Desafios à formação.
35	11	1990	Abr		X
36	11	1990	Ago	Novas formas de trabalho	BERNARDO, M.V.C. et al. Pensando a educação – Ensaio sobre a formação do professor e a política educacional.
37	11	1990	Dez		LENHARDT, G. A formação como finalidade da escola.
38	12	1991	Abr		X
39	12	1991	Ago	Educação e bem estar	X
40	12	1991	Dez	Gramsci, educador?	X
41	13	1992	Abr		X
42	13	1992	Ago		LUDKE, M. Questões estratégicas da educação: recursos, autonomia e qualidade de ensino e pesquisa. p. 234-236
43	13	1992	Dez		X
44	14	1993	Abr		X
45	14	1993	Ago		Sobre qualificação
46	14	1993	Dez		Sobre qualidades e saberes
47	15	1994	Abr		Nada em específico
48	15	1994	Ago		Nada em específico
49	15	1994	Dez		Nada em específico
50	16	1995	Abr		Nada em específico
51	16	1995	Ago		Nada em específico
52	16	1995	Dez		Nada em específico
53	16	1995	Esp	Educação/Democracia/Autoritarismo	Nada em específico
54	17	1996	Abr	Problemas do setor público	Nada em específico
55	17	1996	Ago		OLIVEIRA, R. J. A educação pluralista e a questão do saber: perspectivas para o séc.XXI. p. 355-366
56	17	1996	Dez		AGUIAR, M. A. Parâmetros Curriculares Nacionais e formação de educador: a reforma educacional brasileira em marcha. p. 506-510
57	17	1997	Esp	Teorias Críticas e liberalismo: Contrastes e confrontos.	LIBANEO, J.C. Pedagogia, pedagogos e formação de professores- busca e movimento. p. 790-796
58	18	1997	Abr		Nada em específico
59	18	1997	Ago		FERRETTI, C. J. Formação de profissional e reforma de ensino técnico no Brasil: anos 90. P. 225-269
60	18	1997	Dez		-DESAULNIERS, J.B. R. Formação, competência e cidadania. p. 51-63 -MANFREDE, S.M.; BASTOS, S. Experiências e projetos de formação de profissional entre trabalhadores brasileiros. P. 117-143
61	18	1997	Esp	Tecnologia, Trabalho e Educação	Nada em específico
62	19	1998	Abr		Nada em específico
63	19	1998	Ago	Dossiê: Universidade em tempos difíceis	KUENZER, A. Z. Formação de educadores: novos desafios para as faculdades de educação. p. 105-125

64	19	1998	Esp	Competência, qualificação e trabalho	Nada em específico
65	19	1998	Dez		BELLONI, M. L. Tecnologia e formação de professores: rumo a uma pedagogia pós-moderna? p. 143-162
66	20	1999	Abr		Nada em específico
67	20	1999	Ago		TANGUY, L. Do sistema educativo ao emprego. Formação: um bem universal. p. 48-69
68	20	1999	Esp	Formação de Profissionais da Educação: Políticas e tendências	19 artigos sobre formação
69	20	1999	Dez	Mas que razão?	Nada em específico
70	21	2000	Abr	Dossiê: Ensino Médio	-WEBER, S. Como e onde formar professores: espaço em confronto. p. 129-156 -2 artigos sobre diretrizes e concepções de ensino médio que tratam da formação p. 40-79
71	21	2000	Jul	Vigotsky- O manuscrito de 1929	Fala de formação do indivíduo
72	21	2000	Ago		SILVA, A. M. C. Formação continuada de professores: uma reflexão sobre as práticas e as práticas de reflexão em formação. p. 89-109
73	21	2000	Dez	Dossiê: Políticas curriculares e decisões epistemológicas	-TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. p. 209-244 - 5 artigos sobre currículo
74	22	2001	Abr	Os saberes docentes e sua formação	- NUNES, C.M.F. Saberes docentes e formação de professores: Um breve panorama da pesquisa brasileira. - LELLIS, I.A. Do ensino de conteúdos aos saberes do professor: Mudança de idioma pedagógico? - BORGES, C. Saberes docentes: Diferentes tipologias e classificações de um campo de pesquisa. -LUDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. -QUEIROZ, G. R.P.C. -Processos de formação de professores artistas-reflexivos de Física. -MONTEIRO, A.M.F.C. Professores: Entre saberes e práticas -THERRIEN, J.; LOJOLA, F. Experiência e competência no ensino: Pistas de reflexões sobre a natureza do saber-ensinar na perspectiva da ergonomia do trabalho docente.
75	22	2001	Ago	Políticas Educacionais	Nada em específico
76	22	2001	Esp	Ética, educação e sociedade	Todos sobre ética
77	22	2001	Dez		CANEN, A. Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. p. 207-230
78	23	2002	Abr	Ensaio sobre Pierre Bourdieu	MARQUES, C. A.; PEREIRA, J. D. Fóruns das licenciaturas em universidades brasileiras: constituindo alternativas para a formação inicial de professores. p. 171-186
79	23	2002	Ago	Diferenças	Currículo e competências
80	23	2002	Esp	Políticas públicas para a educação: olhares diversos sobre o período de 1995-2002	Nada em específico
81	23	2002	Dez	Letramento	Nada em específico
82	24	2003	Abr	Políticas educativas em Portugal e no Brasil	Alguns artigos sobre formação profissional geral
83	24	2003	Ago	Adorno e educação	Nada em específico
84	24	2003	Esp	Educação de direito de cidadania a mercadoria: novas leituras sobre o público e o privado/mercantil	Nada em específico
85	24	2003	Dez		- FREITAS, H. C. L. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. p. 1095-1124 - WEBER, S. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. p. 1125-1154 - DIAS, R. E.; LOPES, A. C. Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. p. 1155-1178 - ANDRADE, L. D. A escrita dos professores: textos em formação, professores em formação, formação em formação. p. 1297-1318
86	25	2004	Jan/abr	Imagem e pesquisa em educação: currículo e cotidiano escolar	Nada em específico.
87	25	2004	Mai/ago	Globalização e educação: precarização do trabalho docente	MELLOWKI, M.; GAUTHUER, C. O professor e seu mandato de mediador, herdeiro, intérprete e crítico. P.537-574.
88	25	2004	Esp	Universidade, reforma e/ou rendição ao mercado	Nada em específico
89	25	2004	Set/dez	2ª parte do Dossiê: Globalização e educação: precarização do trabalho docente	- SANTOS, L.L.C.P. Formação de professores na cultura do desempenho. - LUDKE, M.; BOING, L.A. Caminhos da profissão e da profissionalidade docente. - OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. - BARRETOS, R. G. Tecnologia e educação: Trabalho e

					formação docente. - SAMPAIO, M. M. F.; MARIN, A. I. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares.
90	26	2005	Jan/abr	Revista da Ciência da Educação	- SIMÃO, A.M.; CAETANO, A. P.; FLORES, M. A .Contextos e processos de mudança dos professores: uma proposta de modelo

Quadro II – A Formação do Professor no Contexto da Revista Educação & Sociedade

A partir desses dados organizou-se a apresentação dos resultados e a sua discussão, procurando explorar a proposta da revista, seu ciclo de vida, assim como os eixos temáticos vinculados a formação de professores.

Capítulo 4

Revista Educação & Sociedade: Proposta, Desenvolvimento e Perspectiva

Educação & Sociedade iniciou suas atividades em 1978 com o propósito de servir como incentivo à pesquisa acadêmica e trazendo debates acerca do universo educacional, além de discutir as suas relações com a sociedade; apresentando sempre textos inéditos escritos por autores nacionais, sendo que até então sua circulação ocorria somente por meio de impressos.

Após alcançar êxitos durante os anos de suas publicações iniciais, o periódico em questão obteve sucesso e reconhecimento internacional, fato constado pela contribuição de textos escritos por autores internacionais; os quais são traduzidos para o português para, posteriormente, serem publicados. Os escritos, nacionais e internacionais, destinam-se a pesquisadores e educadores que trabalham com ciências humanas e outros campos do saber.

Outro fator que demonstra o crescimento da revista está relacionado ao fato de que na década de 90 suas publicações também passaram a ser publicadas via internet através do site do Scielo, que facilitou e popularizou o acesso a publicação, uma vez que o Scielo é classificado como uma biblioteca eletrônica; a qual foi desenvolvida pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo) em parceria com a Bireme (Centro latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), que busca armazenar e disseminar produções científicas em formato eletrônico.

Estas conquistas demonstram como a revista tem crescido e alcançado grande credibilidade entre pesquisadores e estudiosos, o qual está representado pelos 72 membros do conselho editorial; além do reconhecimento internacional que possui

demonstrado pelos 15 membros presentes no conselho editorial internacional, especialmente da América Latina e Europa.

Revista Educação & Sociedade: Proposta Inicial

Em 1978 surge no cenário nacional uma revista que estava focada e objetivava incentivar a pesquisa acadêmica, discutindo a realidade educacional e abarcando-a na sociedade em que estava inserida, esta é a data do nascimento de Educação & Sociedade. Enquanto saía do forno o primeiro número de sua edição o país estava sobre o regime da ditadura, surgia a Teoria do Capital Humano e era instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB n. 5692/71; que privilegia uma educação profissional, de curta duração e voltada a atender as demandas do mercado.

Por conseguinte, na década de 1980 foi promulgada a nova Constituição Brasileira, na qual discuti-se a reformulação dos cursos destinados a formação de professores, reestruturação do curso de pedagogia e é encaminhado a Câmara Federal o projeto de lei da nova LDB, que seria sancionada em 1996.

Todas essas questões que afetaram a sociedade e a educação nacional foram relatadas e discutidas incansavelmente no periódico, através de autores que colocavam em debate as alterações sócio-educacionais que ocorriam no cenário mundial.

Anos e décadas passaram e o periódico acompanhou as mudanças no cenário sócio-educacional que ocorreu durante a década de 80, sempre abordando e discutindo como se deram as mudanças, sugerindo alternativas na melhora educacional e traçando paralelos de transformações ocorridos em âmbito internacional, e como estas eram ou poderiam absorvidas e implementadas pelo Brasil.

Em termos de educação a revista discutiu a educação superior desde seu início no país, seu surgimento e aperfeiçoamento com o passar dos anos, trouxe textos debatendo as leis educacionais nacionais, as alterações na economia mundial e seu reflexo educacional; em suma, propôs-se elucidar e criticar a sociedade vigente e seus tentáculos na vida educacional; desempenhando-a com destreza.

Revista Educação & Sociedade: Desenvolvimento da revista durante os anos.

Quando Educação & Sociedade teve suas atividades iniciadas com sua publicação inicial de responsabilidade da Editora UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS em convênio com a Editora Cortez e Moraes, em 1978, conforme os anos corriam sua responsabilidade editorial e de vinculação mudou bastante; essa responsabilidade foi do CEDES, CORTEZ EDITORA E AUTORES ASSOCIADOS, CORTEZ EDITORA, EDITORA REVISTA DOS CEDES TRIBUNAIS Ltda, Centro de Estudos Educação e Sociedade e Papyrus; a partir de 1997 o periódico passa a ser financiado pelo com recurso do Programa de Apoio a Publicações Científicas (MCT, CNPq e FINEP) e com sua edição, publicação e vendas sobre responsabilidade do CEDES; o que é vigente até os dias de hoje.

A publicação e vinculação do periódico durante 1978 a 1997 ocorriam unicamente por impressos, mais como Educação & Sociedade passou a ser bastante reconhecida por sua importância no meio educacional e social; a revista, a partir de 1997, passou a ser publicada via internet através do site Scielo; no qual encontramos as revistas e seus artigos para leitura e pesquisa.

Os periódicos eram publicados quadrimestralmente no período de 1978 a 1995, e desde então passou a ser publicado de forma trimestral, pois um número especial temático passou a ser organizado a cada ano; no ano de 1999, tivemos o foco voltado a formação de professores, pois neste exemplar os artigos trazidos pela revista

abordavam incessantemente a necessidade de focar e valorizar a formação docente; tanto sua inicial como a continuada.

A revista com seus anos de sucesso no país na abordagem sócio-educacional acaba obtendo êxito internacional; especialmente na Europa e América Latina; fato comprovado pela colaboração de autores internacionais com textos e na composição editorial destes em Educação & Sociedade.

Revista Educação & Sociedade: Perspectivas – 1978 a 2010

Seu início tímido no seio da Universidade Estadual de Campinas tomou proporções gigantescas, após dezenove anos de existência o periódico passou a contar com o financiamento de seu trabalho pelo Programa de Apoio a Publicações Científicas (MCT, CNPq e FINEP); suas publicações que inicialmente contavam com trabalhos desenvolvidos por autores nacionais, mas passou a ter contribuições internacionais em seu interior, fato decorrente de reconhecimento, que culminou em colaboração internacionais, especialmente, da América Latina e Europa.

Além dessas conquistas Educação & Sociedade a partir de 1997 deixa de ter sua circulação somente por impressos e entra na era digital; sua existência, desde então, ocorre via internet e impressos; na internet esta se encontra no site Scielo, acessível para estudos e leitura inteligente.

Em trinta e dois anos de existência (1978-2010) Educação & Sociedade conseguiu respeito e alcançou vários feitos como pudemos observar, passou a ter reconhecimento internacional, fato de extrema importância para qualquer revista séria e de credibilidade, ultrapassou as fronteiras territoriais e conta com colaboração internacional e se modernizou com sua publicação via internet, facilitando também seu acesso para pesquisas; fato que almejava desde seus primórdios; colaborar na pesquisa acadêmica e auxiliar na compreensão sócio-educacional.

Com tantas conquistas adquiridas pelo periódico é inquestionável o mérito de Educação & Sociedade, fica ainda a dúvida de quais serão as próximas metas que serão atingidas pelo próspero periódico; que em pouco mais de trinta anos obteve diversas realizações em âmbito internacional e nacional com pleno reconhecimento e objetivos superados; indo além do esperado quando fundada.

Capítulo 5

Dimensões sobre a Formação de Professores no periódico Educação & Sociedade

Após configurarmos a escolha do periódico Educação & Sociedade como objeto de estudo deste trabalho, buscamos trabalhar com artigos que trouxessem em seu interior a temática formação de professores; e, em seguida, elencamos os assuntos que permeariam nossa discussão proposta em: relação teoria e prática, saberes docentes, currículo, avaliação, profissionalidade, identidade e formação inicial e continuada.

Essas abordagens foram transformadas em sub-dimensões contendo ideias dos autores resumidamente aglutinadas nestes tópicos que seguem abaixo, apresentando o enfoque que estes assuntos receberam na revista.

5.1. A relação teoria e prática e seus tentáculos na prática pedagógica

A formação docente deve trazer em sua teoria fundamentos que abordem uma prática pedagógica que vislumbre pela formação de um profissional que tenha como fundamentos educacionais uma perspectiva focada na pedagogia emancipatória, capaz de formar cidadãos críticos e pensantes numa abordagem crítica-reflexiva.

Paulo Freire (1978) contextualizou bastante a educação que visa contemplar o indivíduo capaz de pensar por si e ser capaz de questionar o mundo que o cerca. Frente a este pensamento diversos autores seguiram esta linha defendendo fundamentos anti - “educação bancária”, como pôde constatar nos artigos: Elementos

para a discussão do tema: “pedagogia e antipedagogia”, de Celso Beisiegel (1979) e Revisão crítica do papel do pedagogo na atual sociedade brasileira (introdução a uma pedagogia do conflito), de Moacir Gadotti (1978); presentes no periódico, que colocaram em cheque como estava ocorrendo a formação teórica docente para questionar sua prática ainda alienada nos bancos escolares.

Os autores que abordaram esses temas traziam contribuições e idéias contrárias a educação segregativa que assola as escolas ainda, deixando a vivência e a bagagem cultural individual como saber desnecessário e desvalorizado, priorizando o ensino conteudista presente nas salas de aula; com ausência do livre pensar fazendo do aluno apenas receptor do conhecimento pragmático.

Esta metodologia de ensino focada na ausência de interação e participação do aluno em sua aprendizagem foi bastante criticada por Schon (1988), que classificava esta prática como uma forma “de estruturas caóticas e indeterminadas” (p.16) nas quais “essas zonas indeterminadas da prática: a incerteza, a singularidade e os conflitos de valores, escapam aos cânones da racionalidade técnica” (p.17).

Aglutinar a prática de ensino com a realidade social é um passo bastante importante para que se tenha uma prática pedagógica condizente com as necessidades de ensino da criança, adolescente ou adulto; no entanto para que o professor seja capaz de realizá-la é primordial que haja compreensão por parte do professor em sua formação acadêmica de como ocorre o processo de ensino-aprendizagem; discutindo sua importância no ato de ensinar, para que sua atuação como educador não esteja focada na transmissão-recepção de conhecimentos e este educador seja capaz de exercer sua função com destreza.

5.2. Os saberes docentes na formação de professores

Uma preocupação referente a formação de professores está vinculada ao questionamento de como as informações e o conhecimento está sendo propiciado aos futuros docentes, assim como estes estão se apropriando destes saberes que lhes são

conferidos; uma vez que a falta de compreensão pelo que lhe é exposto pode comprometer as futuras práticas pedagógicas destes futuros professores.

Esses saberes mal difundidos que acabam criando compreensões errôneas acerca da escolarização do indivíduo; outros fatores que comprometem os saberes na formação docente estão relacionados à falta de objetividade em determinadas disciplinas e uma metodologia falida ainda em uso na formação, que acabam servindo como exemplos de vivências que empobrecem a qualidade da vinculação dos saberes docentes na formação dos mesmos e de seus futuros alunos.

Em meio a essa problematização da formação docente PIMENTA (2002) vê a importância da valorização da pesquisa e da prática como meio de êxito no processo da formação de professores e pontua que os saberes devem ser estar vinculados e produzidos a partir de uma prática pedagógica valorizada e pesquisada.

5.3. Abordagem do currículo na formação de professores e a avaliação no campo educacional

À formação docente de qualidade faz-se necessário um currículo bem estruturado que traga inovações no campo do saber por meio de uma metodologia bem contextualizada e coerente as necessidades sócio-educacionais que necessitam os estudantes, resultando em uma posterior prática atuante condizente com a formação recebida.

A necessidade de transformações curriculares também esteve presente nos estudos de Ribeiro (2007) ao contextualizar que “percebe-se a necessidade de se formar um currículo e propostas didáticas que favoreçam a reflexão, pois ela permite uma visão crítica sobre a organização da educação brasileira bem como as questões que dela emergem” (p.43-44).

Nos artigos de Educação & Sociedade os artigos pertinentes a estrutura curricular e a avaliação, Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (1979), trouxe um debate sobre reforma universitária na Universidade de São Paulo; o qual foi embasado no

estatuto de 1970 que buscava pela autonomia de atuação e debates na criação de um currículo eficaz na instituição em questão; complementado de Sônia Kramer (1997) ,em “Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica”, embasa seu artigo na LDB/96; focando a questão da elaboração, implementação e legislação do currículo referente a formação do docente, e aponta como fator fundamental na criação de currículo de qualidade na educação nacional a presença e participação social no mesmo.

Enquanto que Tizuko Morchida Kishimoto (1997) trazia uma proposta de currículo implementado na Educação Infantil japonesa, o qual tinha seus fundamentos baseados nas relações humanas; a proposta traz com ideal associar a realidade da criança brasileira com a metodologia curricular aplicada no Japão.

5.4. A profissionalidade do educador: a identidade docente no foco da pesquisa

A profissionalidade do educador para Ribeiro (2007) está associada a uma desvalorização crescente vinculada a falta de prestígio voltada a profissão, a qual pode ser explicada por Silvia Maria Manfredi (1998) que ao abarcar em um panorama histórico a partir da década de 1950 trazendo como as transformações das competências exigidas pelo novo mundo que surgia a cada momento eram transformadas em qualificações exigidas do professor; destacando a concepção do capital humano, a qualificação formal e o modelo taylorista; e que culminaram com o modelo de competência.

Esta formação por competência acaba comprometendo a formação ideal almejada por todos; uma vez que este paradigma segmenta a formação; deixando o profissional cada vez mais distante da real e completa formação; aquela que não tem um único foco, mais sim, que contempla o individuo como um todo e abarca as necessidades gerais da sociedade em que está inserido.

Quanto mais fragmentada e competitiva é a atuação do professor, mais comprometido estará o sistema educacional, e sua função como educador acabará se

desvinculando do seu caráter verdadeiro, perdendo sua essência e especificidade; o que acaba colocando em cheque sua identidade profissional.

A respeito de mais este dilema presente na vida do profissional de educação, Nóvoa (1991), coloca a identidade docente como “(...) um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor” (p.35)

5.5. A necessidade de uma formação inicial de qualidade aliada à formação continuada necessária

Inicialmente para se exercer a profissão de professor no Brasil não se fazia nenhuma exigência em relação a formação do pretendente ao cargo, esta realidade só foi alterada quando o país ser colônia e a atuação do profissional da educação passa a ser questionada; passando, assim, sua formação a ser discutida; ganhando importância.

Desde então diversas leis e decretos surgiram focando a formação de professores; ressaltando sempre a necessidade de qualidade em seu programa; mas transformações de ordem mundial acabam comprometendo essa implementação, uma vez que as alterações nas prioridades de formação deságuam na educação geral nacional.

Um dos fatos mais relevantes foi a intervenção do Banco Mundial no sistema educacional; fato que tem aproximado cada vez mais escola de empresa, e tornando o professor um operário da construção de saberes importantes para máquina empresarial. Este momento de ruptura com a educação ideal foi bastante questionada por Menga Lüdke, Antônio Flávio Barbosa Moreira e Maria Isabel da Cunha (1999); acrescentando, ainda, uma substituição na formação inicial em detrimento da capacitação em serviço.

A fim de capacitar esse pessoal ocorre um grande aumento das escolas profissionalizantes e em âmbito superior cresce assustadoramente o número de

universidade particulares e os institutos superiores de educação; os quais podem ter sua qualidade questionável.

Todas essas transformações acabaram por afastar cada vez mais o docente de uma formação completa, que vise o indivíduo como um todo, pois ao focar pela sua capacitação acaba por fragmentar seu campo de entendimento e conseqüentemente sua atuação; pois ao ser capacitado, este também vai capacitar seus alunos, criando, assim, um ciclo vicioso que distancia professores de seu real valor e meio de atuação.

Acerca do desentendimento sobre a real formação docente, Nóvoa (1992a) critica a visão do professorado e argumenta que “a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante *investir a pessoa* e dar estatuto ao *saber da experiência*.” (p.25)

Esta distancia está interligada ao fato de que ao não adquirir uma formação de qualidade este não conseguirá fazer de seus pupilos serem capazes de criar e pensar criticamente, já que nem mesmo o professor teve em sua formação a concepção e internalização destes conceitos, sobre ideal de educação Nóvoa (1992a), acrescenta que é “preciso fazer um esforço de troca e partilha de experiências de formação, realizadas pelas escolas e pelas instituições de ensino superior, criando progressivamente uma nova *cultura da formação de professores*.” (p.30)

Na tentativa de suprir essa defasagem de formação vê-se a necessidade de incentivar a formação continuada de professores, podendo dessa forma complementar seus conhecimentos adquiridos, mantendo a aquisição complementar como fonte de novos saberes e não como meio de ascensão social.

Esta diferenciação deve ser absorvida pelos professores ao buscarem pela formação continuada, sempre tendo como norte sua melhor atuação como profissional através de conhecimentos renovados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto teve por objetivo relatar um pouco sobre a formação de professores com base na ótica dos autores do periódico “Educação & Sociedade” e alguns outros autores que tiveram seu olhar voltado para a temática em educação.

Ao abordar formação de professores é imprescindível citar Nóvoa, o autor em seus escritos, em 1995, já destacava a necessidade de se priorizar dentro da reforma educativa a formação do magistrado; uma vez que a base de transformação educacional está associada a uma revisão acerca do processo que envolve a formação dos professores e como estes virão a desempenhar suas práticas pedagógicas em sala de aula.

Essas alterações devem ocorrer a partir de uma redefinição da docência como profissão, priorizando suas necessidades e transformando o olhar do educador para com seus educandos; as inovações educativas seria uma das maneiras de auxiliar a atuação do professor.

Debates sobre a profissionalização do profissional, também, seria um método de transformação do docente; este exercício realizado de maneira reflexiva poderia suscitar na busca por sua identidade, retomando valores, deveres e direitos enquanto professor; sem esquecer-se de fazer continuamente uma reavaliação de sua prática enquanto educador; a qual deve estar pautada em uma formação de qualidade.

O ato do conhecimento e reconhecimento de si como professor enquanto formador é necessário para seu fortalecimento como educador, e criando consciência para haja seu bom desempenho enquanto tal, sua formação não pode ser esquecida ou desvinculada da realidade educacional a que está inserido na sociedade vigente do país.

É pensando a formação dessa maneira que Pimenta (2002) alerta para que esta transformação ocorra desde o início da vida acadêmica; fazendo com que saberes, teoria e didática dialoguem com a cultura social, deixando assim o professor mais acessível a seus alunos.

Toda essa problemática foi bem representada e questionada pelos autores dos artigos do periódico em questão, que os abrangeu e discutiu amplamente; trazendo a tona antigos problemas e propondo soluções aos mesmos.

Através das leituras foi possível destacar as dificuldades que podem ser encontradas durante os cursos de formação de professores, seja focando a estrutura universitária ou simplesmente colocando a grade curricular em cheque; assim como questionar a qualidade e funcionabilidade da educação continuada, como esta é oferecida e como o docente a encara.

Este enfoque da formação inicial e continuada é bastante importante que seja trazido para embates e discussões, uma vez que a qualidade de alguns dos cursos oferecidos são duvidosos; sendo passível de questionar acerca do tipo de profissional que está se pretendendo formar através destes cursos; se este estará preparado para ensinar e encarar o cotidiano escolar, e se acima de tudo está preparado para enfrentar as situações que se apresentam no interior de uma unidade escolar.

O estudo de como ocorre a formação docente enfatizando diversas dificuldades encontradas para atuação dos professores é de suma importância na tentativa de transformar o quadro educacional atual; apresentando as frustrações que o profissional pode encontrar ao encarar a realidade educacional, apresentar suas lutas e conquistas pela melhora na educação, e também em sua formação; já que muitas das reformas obtidas tiveram como premissa uma desilusão pedagógica perante tanta disparidade entre o pretendido e aquilo que poderia ser obtido na realidade cotidiano educacional.

A solução para tantos problemas ainda encontrados na educação nacional não aparecerá facilmente como em um passe de mágica, mais se trouxemos a tona discussões em busca de esclarecimento de antigos e atuais obstáculos ainda vigentes na esfera educacional é possível a criação de propostas que visem transformar a

realidade que corrói a educação. O fato de encarmos o problema sem máscaras já um avanço na busca de solução, e principalmente se este fato estiver alicerçado em um pensamento que busque por respostas concretas.

A análise do histórico educacional brasileiro foi fundamental para observarmos que muitos avanços foram conseguidos na formação e na posterior atuação docente e na busca de melhorias na área educacional; mas, no entanto, sabe-se que ainda há muito ainda necessita ser feito e alterado, como derrubar ideias e ideologias antigas que perduram no interior das instituições de ensino e do próprio educador.

REFERÊNCIAS (E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA)

AGUIAR, M.A. Institutos Superiores de Educação na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: BRZEZISKI, I (Org.) *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1997.

AROEIRA, K.P. Currículo e formação docente em periódico de Educação Física: trilhando algumas questões da identidade do professor. São Paulo, 2004.

ARROYO, M.G. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p. 143-162, dezembro de 1999.

BALDIN, N. Formação teórica e prática pedagógica do professor de História. *Revista Educação e Sociedade*, n.25, p. 96-110, dezembro de 1985.

BARBIERI, M.R. e OLIVEIRA RAMOS DE, Z. M. e GILBERT, M.J. Doze anos de prática de ensino. *Revista Educação e Sociedade*, n.18, p. 144-152, agosto de 1984.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1979.

BARRETO SIQUEIRA DE SÁ, E. Capacitação à distancia de professores do ensino fundamental no Brasil. *Revista Educação e Sociedade*, n.59, p. 308-329, agosto de 1997.

BEISIEGEL, C.R. Paulo Freire: elementos para a discussão do tema “pedagogia e antipedagogia”. *Revista Educação e Sociedade*, n.3, p.37-46, maio de 1979.

BELLONI, M.L. Ensaio sobre educação a distância no Brasil. *Revista Educação e Sociedade – via site Scielo*, n.78, 2002. Acesso em: 15 de julho de 2006.

BRASIL. Lei n. 4.024, 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 28 de agosto de 2010.

_____. Lei n. 5692, 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1 e 2 graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 28 de agosto de 2010.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <HTTP://www.mec.gov.br>. Acesso em 28 de agosto de 2010.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 30 de agosto de 2010.

BREZENZISKI, I. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores*. Busca e movimento. Campinas:Papirus, 1996.

BRZENZINSKI, I. Embates na definição da política de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Respeito à cidadania ou disputa pelo poder. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p. 80-108, dezembro de 1999.

CAMPOS MALTA, M. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p. 126-142, dezembro de 1999.

CARDOSO, I.A.R. Reforma universitária e a universidade de São Paulo. *Revista Educação e Sociedade*, n.2, p. 119-126, maio de 1979.

CASPARD-KARYDIS, P.; CHAMBON, A.; FRAISSE, G. e POINDRON, D. La presse d'éducation et d'enseignement XVII siecle – 1940. Institut national de recherche pédagogique, Édition du CNRS, 1981. Répertoire Analytique établisous la direction de Pierre CASPARD.

COLLAROS Lima, Cecília Azevedo e Moysés Affonso, Maria Aparecida e Geraldi, João. Educação continuada: A política descontinuada. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p. 202-219, dezembro de 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. Quem educa os educadores?. *Revista Educação e Sociedade*, n.5, p. 41-46, janeiro de 1980.

CURY, C.R.J. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 1978.

DE LA PUENTE, M. Aprendizagem “receptivo-significativa” de David P. Ausubel: uma avaliação crítica. *Revista Educação e Sociedade*, n.6, p.104-118, junho de 1980.

DEWEY, J. *Como pensamos: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959.

FERRETTI, C.J. Formação profissional e reforma e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90. *Revista Educação e Sociedade*, n. 59, p. 225-260, agosto de 1997.

FIGUEIREDO, M.C.M. e COWEN, R. Modelos de cursos de formação de professores e mudanças em políticas: um estudo sobre o Brasil, p.182-194.

FILHO, J.C.S. Diretrizes curriculares para a formação inicial do professor de escolas de 1° e 2° graus. *Revista Educação e Sociedade*, n.13, p. 83-100, dezembro 1982.

FREITAS, H.C.L. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. *Revista Educação e Sociedade*, n. 80, p.137-168, setembro de 2002.

FREITAS, H.C.L. A reforma do ensino Superior no campo da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p. 17-44, dezembro de 1999.

FREITAS, L.C. A avaliação e as reformas dos anos 90: novas formas de exclusão, velha formas de subordinação, n. 89, p. 131-170, janeiro de 2004.

FREITAS, L. C. Notas sobre a especificidade do pedagogo e suas responsabilidades no estudo e prática pedagógicas. *Revista Educação e Sociedade*, n.22, p. 12-19, setembro de 1985.

FREITAS, L.C. Pedagogo, psicólogo escolar e análise experimental do comportamento: limitações ideológicas e perspectivas. *Revista Educação e Sociedade*, n.13, p. 19-32, dezembro de 1982.

FREIRE, P. A alfabetização de adultos: é ela um que fazer neutro?. *Revista Educação e Sociedade*, n.1, p. 64-70, setembro de 1978.

GADOTTI, M. Revisão crítica do pedagogo na atual sociedade brasileira. *Revista Educação e Sociedade*, n. 1, p.5-16, setembro de 1978.

GARCIA, W.E. A experiência de um antieducador. *Revista Educação e Sociedade*, n.7, p. 163-165, setembro de 1980.

GOERGEN, P.L. A universidade, sua estrutura e função. *Revista Educação e Sociedade*, n.2, p.47-59, janeiro de 1979.

HADAD, S. Ensino Supletivo. *Revista Educação e Sociedade*, n.20, p. 21-39, janeiro de 1985.

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2000. V.77. (Coleção Questões da Nossa Época)

KESSEL, L. Nossa posição sobre a educação pré-escolar. *Revista Educação e Sociedade*, n.1, p.110-114, setembro de 1978.

KISHIMOTO, T.M. Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p. 61-79, dezembro de 1999.

KISHIMOTO, T.M. Brinquedo e brincadeira na educação infantil japonesa: proposta curricular dos anos 90. *Revista Educação e Sociedade*, n. 60, p. 64-88, dezembro de 1997.

KISHIMOTO, T.M. O primeiro jardim da infância público do estado de São Paulo e a pedagogia froebeliana. *Revista Educação e Sociedade*, n. 56, p. 452-475, dezembro de 1996.

KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. *Revista Educação e Sociedade*, n. 60, p. 15-35, dezembro de 1997.

KUENZER, A.Z. As políticas de formação: A construção da identidade do professor sobrando. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p. 163-183, dezembro de 1999.

LIBÂNEO, J.C. e PIMENTA, S.G. Formação dos profissionais da educação – visão crítica e perspectivas de mudança. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p. 239-277, dezembro de 1999.

LIMA, H. *Anísio Teixeira, estadista da educação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LINHARES SOARES, Célia Frazão. Os protagonistas da pedagogia escolar: suas convergências e divergências. *Revista Educação e Sociedade*, n. 26, p. 29-43, abril de 1987.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, M. e MOREIRA, A.F.B. e CUNHA, M.I. Repercussões de tendências internacionais sobre a formação de nossos professores. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p. 278-298, dezembro de 1999.

MANFREDI, S.M. Trabalho, qualificações e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas. *Revista Educação e Sociedade*, n. 64, p. 13-49, setembro de 1998.

MARQUES, C.A. e PEREIRA, J. E.D. Fóruns das licenciaturas em universidades brasileiras: construindo alternativas para a formação inicial do professor. *Revista Educação e Sociedade*, n. 78, p. 171-183, dezembro de 2002.

MASCELLANI, M.N. Quem educa o educador? *Revista Educação e Sociedade*, n.7, p. 123-131, setembro de 1980.

MELLO, G.N. Fatores infra-escolares como mecanismo de seletividade no ensino de 1º grau. *Revista Educação e Sociedade*, n.3, p.70-78, janeiro de 1979.

MELLO, M.T.L. Programas oficiais para a formação dos professores da educação básica. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p. 45-60, dezembro de 1999.

MENDES, D.T. Anotações sobre o pensamento educacional no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 68(160), 1986, p. 493-505.

MORAES, M.C.M. e KUENZER, A.Z. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Revista Educação e Sociedade*, n. 93, p. 1341 -1362, setembro de 2005.

MOYSÉS, S.A. Alfabetização – estratégia do código ou confronto da história. *Revista Educação e Sociedade*, n. 22, p. 84-92, setembro de 1985.

NÓVOA, A. O passado e presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.) *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 1995.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org.) *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992a. p.15-34.

NÓVOA, A. Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és. In: *Actas*, v. II, Porto, Profmat, 1991. p.29-41.

PEREIRA, J.E.D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p.109-125, dezembro de 1999.

PIMENTA, S. G. (Org.) *Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2002.

RAMOS, J.B.D. Formação, competência e cidadania. *Revista Educação e Sociedade*, n. 60, p. 51-63, dezembro de 1997.

REZENDE, A.M. Administrar é educar ou deseducar. *Revista Educação e Sociedade*, n.2, p.25-35, janeiro de 1979.

RIBEIRO, B. P. *O curso de pedagogia da Unesp de Rio Claro :a profissionalidade docente em questão*. 2007. 100f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

RIBEIRO, V.M. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. *Revista Educação e Sociedade – via site Scielo*, n. 68, 1999. Acesso em 28 de julho de 2006.

RODRIGUES, D.B.; SOBRINHO, J.A.C.M. Formação de professores no Brasil: Aspectos Históricos. In: SOBRINHO, J.A.C.M; CARVALHO, M.A.C (Org.) Formação de professores e Práticas Docentes: Olhres Contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. V.1; p. 87-108.

RUIZ, J. A. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. 4 ed. São Paulo: Atlas , 1996.

SAES, D. Perspectivas da pós-graduação em ciências humanas no Brasil: uma reflexão preliminar. *Revista Educação e Sociedade*, n.4, p.169-178, setembro de 1979.

SANTOS, L. Contemporary Problems in Teacher Education in Brazil. In: THOMAS, E. (Org.) *Teacher Education Dilemmas and Prospects: World Yearbook of Education*. London: Kogan Page, 2002, p. 81-89.

SAVIANI, D. Extensão universitária: uma abordagem não extensionista. *Revista Educação e Sociedade*, n.8, p.61-73, março de 1981.

SCHEIBE, L. e AGUIAR, M.A. Formação de profissionais da educação no Brasil: O curso de pedagogia em questão. *Revista Educação e Sociedade*, n. 68, p. 184-201, dezembro de 1999.

SCHÖN, D. *Educando o Profissional Reflexivo um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, C.S.B. *Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade*. Campinas: Autores Associados, 1999.

SOUZA NETO, S. As Novas Diretrizes Curriculares e a Formação do Professor na Unesp/CRC: Análise do Perfil nos Cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Matemática e Pedagogia. Março, 2008.

TANURI, L.M. História da formação de professores. In: *Revista Brasileira de Educação*, 14, maio-agosto, 2000, p.61-88.

VILLELA, H.O.S.A. A primeira escola normal do Brasil. In: NUNES, C. (Org.). *O passado sempre presente*. São Paulo, 1992.

ANEXOS

Resumos – Educação & Sociedade

Ano/número: 1978 – O educador precisa ser educado (n°01)

Texto – nome: A alfabetização de adultos: é ela um que fazer neutro?

Autor: Paulo Freire

Resumo: O artigo de Paulo Freire faz uma reflexão sobre sociedade e educação, por meio da interação inerente nelas contida, já que a educação por si só já está impregnada de ideais de uma sociedade repressiva e passiva, e propõe uma transformação social, que acabaria por transformar a educação. No caso da educação de adultos, por exemplo, é apresentado o fato do não criar e sim, apenas o de reproduzir aquilo que já foi feito antes; a mudança educacional se daria através de uma proposta baseada na alfabetização oriunda da criatividade de um ser humano crítico e pensante, e não apenas de um mero receptor de informações.

Texto – nome: Nossa posição sobre educação pré-escolar

Autor: Leo Kessel

Resumo: Artigo escrito sobre o trabalho da Equipe do Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais, o CEP AED, que teve como fio condutor da pesquisa as necessidades das classes trabalhadoras na educação pré-escolar e como essas tem sido, ou ao menos deveriam ser trabalhadas nas escolas, priorizando uma visão de educação que deveria preocupar-se e se voltar para as necessidades educacionais da nação brasileira e com as condições de vida e cultura das crianças e suas necessidades educacionais baseadas na realidade social a qual esta está inserida no país.

Ano/número: 1979 – Administração, poder e trabalho (n°02)

Texto: Fatores intra-escolares como mecanismo de seletividade no ensino de 1° grau

Autor: Guiomar Namó de Mello

Resumo: A questão central deste trabalho está na discussão sobre até que ponto a educação não passa de um simples reflexo das relações de produção e a escola unicamente reprodutora dessas relações, analisada pelo ângulo da democratização do ensino com uma postura crítica em relação política, discriminatória e segregativa, e ao “pedagogismo” pré-supõe o aprendizado das crianças e o desenvolvem com base em métodos e conteúdos obsoletos; ao longo do texto ainda encontramos propostas para a mudança do ensino vigente todos embasados no pensamento de Bourdieu e Passeron.

Ano/número: 1980 – Resistência/Submissão (n°06)

Texto: Aprendizagem “receptivo-significativa” de David P. Ausubel: uma avaliação crítica

Autor: Miguel de La Puente

Resumo: O autor faz análise crítica da teoria do estudo do psiquiatra e educador americano David P. Ausubel sobre a aprendizagem “receptivo-significativa”, dividindo seu artigo em tópicos que abordam a aprendizagem; começando pela noção de aprendizagem significativa onde temos menção ao trabalho de Piaget sob uma ótica da estrutura cognitiva, seguida pela noção de aprendizagem receptiva onde sua concepção de educação vai opor-se a aprendizagem via descobertas e a aprendizagem mecânica e a significativa, em seu estudo temos a aprendizagem subordinada as suas teorias de ensino; em seguida temos o valor verbal da aprendizagem quando temos em foco o cognitivo como alvo teórico novamente, e a utilidade da teoria da criatividade com retorno a distinção entre aprendizagem por descoberta e a receptiva, e aqui é colocada como algo aquém do interesse do

educador escolar, já que nas escolas temos uma visão de ensino focada no ensino que o professor destina ao seu aluno, e este acaba por não descobrir ou criar algo por si só; discute a suficiência ou insuficiência do princípio de assimilação onde temos exposto o pensamento que se baseia na estrutura cognitiva transformada em função de um objeto previamente modificado pelo mestre, fato que faz com que o aprendiz não tenha confronto direto com o objeto estudado; e finaliza o artigo falando sobre o cognitivismo ausubeliano que tem o racionalismo cartesiano direcionando seus estudos e pensamentos abordados através de uma visão com enfoque principal na experiência e nos aspectos cognitivos da aprendizagem de caráter pragmático que visa primordialmente o ensino como maneira mais eficiente de salvar o dinamismo cognitivo do aprendiz.

Ano/número: 1980 – Educação e imperialismo (nº07)

Texto: Quem educa o educador

Autora: Maria Nilde Mascellani

Resumo: O artigo discute o que se entende por educador e como este encara e projeta a educação, sob uma ótica crítica-marxista sobre a formação docente universitária que ocorre no país; já ao entender da autora o profissional da educação tende a segregar a relação sociedade-educador, esquecendo-se que um elo irrevogável entre ambos; “O estudante de Pedagogia e o professor não aprendem a pensar educação em termos de estrutura e conjuntura sociais” (Mascellani, Maria Nilde; p.125). Falta senso crítico-reflexivo a ele, já que encara educação pela perspectiva teoria imprensa em livros e quando pensa em renovação busca a mudança pedagógica por meio de uma visão estrangeira que vem importada e não pensada ou formulada por ele; “Não faz sentido uma renovação que vem de fora,...” (Mascellani, Maria Nilde; p.127).

Texto: A experiência de um antieducador

Autor: Walter Esteves Garcia

Resumo: Texto escrito com base em “A bem cuidada tradução do Diário de um Educastrador, num retrato vivo e real de como se comportam as crianças quando têm um clima se abertura em sala de aula,...” (Garcia, Walter Esteves; p.164) escrito por Jules Celma e traduzido Elizabeth M. Sawaia Kaphan, descreve a experiência pedagógica da autora em um colégio francês onde foi lecionar ao formar-se, experiência frustrante para a educadora e traumatizante para seus alunos; já que a professora mantinha uma postura dura e castradora; seus valores foram transformados após dois anos quando Jules retoma o magistério, com uma visão diferente, “..., importa menos o conteúdo das mensagens transmitidas do que status de quem comanda o processo” (Garcia, Walter Esteves; p.165).

O autor complementa, “Como diagnose crítica da escola de nossos dias, o Diário de um “Educastrador é um trabalho de consulta obrigatória para todos os educadores brasileiros” e encerra acreditando que, “Esperar um novo tipo de escola, onde as crianças possam gozar de maior liberdade de criação e de expressão, ou onde possamos encontrar professores estimuladores e amigos dos estudantes, não nos parecem utopias distantes” (Garcia, Walter Esteves; p.165).

Ano/número: 1984 – Educação: Educar-saber-resistir-lutar (nº18)

Texto: Doze anos de prática pedagógica

Autoras: Marisa Ramos Barbieri e Zilma M. Ramos de Oliveira e Maria Júlia Gilberti

Resumo: O trabalho é fruto de uma reflexão crítica sobre as atividades vistas durante doze anos na Prática de Ensino na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, divididos em três etapas de acordo com as propostas mais características:

A 1.ª etapa refere-se ao período de 1970-1974, onde a tendência resumia-se ao domínio do conteúdo específico, habilidade de experimentação de laboratório e habilidade de planejar, na 2ª. etapa (1975-1980) visou a capacidade de tomar, implementar e avaliar decisões, o que as autoras chamaram de “busca de autonomia”; 3.ª, e última, etapa (atual); ou seja pós anos 80, busca autonomia dos professores no processo de decisões. E finaliza, “A disciplina de Prática de Ensino deve ser estruturada tendo em vista investigar e desenvolver um programa que privilegie a vivência concreta do “ser professor””. (BARBIERI, Marisa Ramos e OLIVEIRA RAMOS DE, Zilma M. e GILBERT, Maria Júlia; p.151)

Ano/número: 1985 – Mudança ou transformação? (nº20)

Texto: Ensino Supletivo

Autor: Sérgio Haddad

Resumo: O autor busca fazer uma crítica sobre o ensino supletivo apresentado no Brasil, tendo como ponto de partida o questionamento da responsabilidade do Estado pela educação nacional, e como este é excludente devido a reprodução das relações de classes aqui presentes. No ensino supletivo a discriminação é ainda mais notória, já que o método de ensino reproduz exatamente aquele visto e vivenciado na escola regular, e para uma transformação desta situação Sérgio Haddad propõe mudanças neste tipo de ensino, tais como: I - corresponder as necessidades de aquisição de conhecimento do ensino formal, mas tendo em vista o respeito das características dos alunos do curso; II - oferecer espaços para manifestações populares; III - busca pedagógica pela conscientização/ação das propostas políticas em educação; IV – entender a escola como um espaço de prática coletiva para aproximar cada vez mais as necessidades dos grupos populares; V – fazer deste movimento um instrumento de aprendizagem, tanto no conteúdo como na metodologia.

Escreve resumidamente o que se entende por escolarização popular, foco do artigo por ele escrito:...”entender a escola enquanto espaço social, construída de acordo com os

interesses dos grupos sociais nela envolvidos, sob determinadas condições históricas”.
(Haddad, Sérgio; p.21)

Ano/número: 1986 – (nº25)

Texto: Formação teórica e prática pedagógica do professor de História

Autor: Nelma Baldin

Resumo: O estudo sobre formação teórica e prática pedagógica inicia-se por contextualizar cada qual, onde formação teórica é “(formação em conteúdos da Ciência e em metodologia pedagógica) recebida em determinado curso do ensino superior e que o habilitou para trabalhar como professor da disciplina (no caso, História), no 1º e 2º graus da rede pública de ensino” (Baldin, Nelma, p. 96); ocorre de forma contínua e não é oriunda única e exclusivamente dos conhecimentos adquiridos na escola, “mas também a formação prática” (Baldin, Nelma, p. 98), aquela conquistada através de experiências de trabalho, a qual dependerá da maneira como os conhecimentos serão transmitidos pelo professor universitário para que o futuro docente não torne um reproduzidor do modelo aprendido (tornando-se repetitivo), mas sim um indivíduo crítico passível de agir e influenciar o processo, podendo, assim, transformá-lo. Por conseguinte temos a prática pedagógica do professor que me resumi em “o efetivo exercício da atividade prática do professor dentro e fora da sala de aula” (Baldin, Nelma, p. 96); sendo, “portanto, uma prática educativa ou uma prática social” (Baldin, Nelma, p. 96); e pode ocorrer de duas maneiras distintas apresentando, simplesmente, os fatos aos alunos ou motiva-los, visando o aluno reflexivo ciente de sua participação no mundo.

Nesse aspecto a História pode ser classificada como disciplina, onde o professor transmite diversas informações a seus alunos, ou como Ciência, objeto de estudo constante devido a sua permanente transformação. Essa diferenciação pode ser relacionada a presença de livros didáticos, que acabam por causar comodismo no professor e desvinculando o ato do ensino a pesquisa, distanciando-o de estudos e leituras como meio de se informar; além desses livros trazerem os acontecimentos históricos camuflados.

“O professor, preocupado com a evolução do conhecimento histórico e com a freqüente prática da transmissão deste conhecimento, poderá levar o conteúdo que transmite a ser continuamente revisto e modificado. Enquanto isso, poderá permitir que a sua prática pedagógica continue a mesma: por vezes “autoritária”, por vezes bastante “liberal”, mas sem chegar a ser plenamente “democrática”. Com tais atitudes, poderão ocorrer mudanças no conteúdo difundido pelo professor, mas não necessariamente na forma pedagógica de transmitir/difundir este conteúdo. (Baldin, Nelma, p. 109).

Ano/número: 1996 – (nº56)

Texto: O primeiro jardim-de-infância do estado de São Paulo e a pedagogia froebeliana

Autor: Tizuko Morchida Kishimoto

Resumo: O referido artigo vem analisar a teoria froebeliana no ensino da primeira infância e checar se esta prática pedagógica fora inserida no primeiro jardim-de-infância do Estado de São Paulo, Caetano de Campos. O jardim-de-infância na ótica de Froebel, influenciado pelo romantismo, valorizaria a liberdade do indivíduo e busca pela expressão da natureza infantil dos mesmos, através de brincadeiras realizadas livremente e de forma espontânea; norteadas pela representação simbólica do trabalho educativo voltado aos pequenos; para que encontremos um desenvolvimento físico, intelectual e moral plenos, tendo como base o brincar e a imitação natos das crianças.

Essa perspectiva froebeliana coloca brincadeiras e jogos como pilares da educação infantil; utilizado como mediador no ensino de todos os conteúdos apresentados como forma de estudo da faixa etária, por meio de metodologia que insere atividades simbólicas aliadas a músicas, movimentos corporais e matérias que permeiem o desenvolvimento infantil por completo.

No entanto, no primeiro jardim-de-infância criado em 1896 em São Paulo buscou seguir alguns princípios de Froebel, mas esqueceu-se da prioridade froebeliana na educação

infantil; a livre exploração dos pequenos, para que estes sejam capazes de recriar suas vivências de forma livre e espontânea.

Ano/número: 1978 – O educador precisa ser educado (n°01)

Texto – nome: Revisão crítica do papel do pedagogo na atual sociedade brasileira (Introdução a uma pedagogia do conflito)

Autor: Moacir Gadotti

Tema central: a história da educação brasileira é a história da educação do colonizador. A pedagogia do colonizador forma gente submissa, obediente ao autoritarismo do colonizador. Nessa pedagogia, o educador tem por função policiar a educação para que não se desvie da ideologia do dominador.

Numa pedagogia oposta à pedagogia do colonizador (que na falta de melhor expressão chamamos de pedagogia do conflito), o educador reassume a sua educação e seu papel eminentemente crítico: à contradição (opressor-oprimido, p.ex.) ele acrescenta a consciência da contradição, forma gente insubmissa, desobediente, capaz de assumir a sua autonomia e participar na construção de uma sociedade mais livre.

Resumo: Nesse artigo encontramos como tema central a atual formação do pedagogo, que permanece em estado de inércia perante as mudanças ocorridas na sociedade; aqui o autor propõe uma mudança de atitude e posicionamento do pedagogo, tanto para sua formação como para a formação de seus futuros discípulos, através de uma visão crítica e distante da passividade vista ao longo da história que se mantém presente até os dias de hoje nesse profissional.

Ano/número: 1979 – Administração, poder e trabalho (n°02)

Texto: A universidade, sua estrutura e função

Autor: Pedro L. Goergen

Resumo: O tema abordado vai discutir se as universidades brasileiras fazem jus ao título de instituições de ensino superior, assim como se sua estrutura e função acabam

por impedir que a universidade realize suas tarefas peculiares; sendo essa análise feita através das implicações da política educacional, das relações existentes entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, chegando a discussão dos objetivos gerais da instituição e seus problemas estruturais.

Ano/número: 1979 – Administração, poder e trabalho (n°02)

Texto: Administrar é educar ou...deseducar

Autor: Antonio Muniz de Rezende

Resumo: Artigo escrito com base em pesquisa realizada na Unicamp que tinha por finalidade estudar o programa de uma pós-graduação para a formação de administradores universitários, e como ocorre uma ruptura educação e administração; já que o programa fora questionado por ter muito de educação e pouco de administração em si. Na tentativa de elucidar a questão levantada foi usada como exemplo a presença da filosofia nos mais diferentes campos de estudo, assim como na própria administração, e uma discussão do processo educacional como um todo, propondo uma revolução cultural no interior da própria administração universitária para que este deixe de ser um processo alienante, reprodutor, mecânico e pragmático.

Ano/número: 1980 – Educador = trabalhador (n°05)

Texto: Quem educa os educadores?

Autor: Luiz Antônio Cunha

Resumo: O artigo tem como fio condutor à análise da formação docente através de sua metodologia, seja ela subjetivista ou objetivista, e da posterior prática pedagógica, como esta ocorre e se dá após a formação do educador, além de um posicionamento que análise o processo da educação do mesmo. Nessa análise encontramos ainda falhas na formação docente que são colocados como vícios, e intitulados como: alienação pedagógica, cinismo pedagógico, imediatismo pedagógico e populismo

pedagógico; colocados como pontos a serem evitados pelos educadores, além da troca do poder pela autoridade, esta sim que deve ser utilizada pelo corpo docente.

Ano/número: 1985 – (nº22)

Texto: Alfabetização: estratégia do código ou confronto da história?

Autora: Sarita Affonso Moysés

Resumo: Artigo que tem como pano de fundo a discussão da problemática da alfabetização, que por conta do senso popular acaba confundindo-se com escolarização; já que se associam os atos de ler ou escrever como típicos ou oriundos da escola, quando de fato não tiveram origem e nem tem função inicial na escola; por isso a autora discutiu a história da alfabetização afim de desmistificá-la como fato intimamente ligado à escola, complementando que “..., uma história de alfabetização que deve basicamente, considerar a natureza, as funções, os valores da própria escrita, de acordo com quem vive o ato de ler e escrever.” (Moysés, Sarita Affonso, p.91), e concluindo que: “Essa história de pessoas trabalhadoras linguisticamente ou alfabetizadas não quer e não pode ser apenas uma reflexão crítica, mas, porque devolve aos homens sua história e as suas representações, traria toda a vida dos homens para o sentido do aprender, que é produzir.”(Moysés, Sarita Affonso, p.91).

Ano/número: 1979 – Pedagogia do oprimido educação do colonizador (nº03)

Texto: A reforma universitária e a Universidade de São Paulo

Autor: Irene de Arruda Ribeiro Cardoso

Resumo: O estudo faz uma análise sobre a estrutura de poder na universidade, em específico, a Universidade de São Paulo através do estatuto de 1970; estudando as articulações entre o aparelho repressivo e o aparelho ideológico de Estado instituídos dentro da instituição e como esses aparelhos agem na mesma dentro de uma análise

histórica de fatos que ali ocorreram; propondo mudanças via recuperação de autonomia por meio de debates.

Ano/número:1997 – (nº60)

Texto: Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica

Autora: Sônia Kramer

Resumo: O artigo de teor crítico questiona a elaboração, implementação e legislação do currículo referente a educação e formação de professores; já que segundo a autora, apesar dos embates e discussões ocorridas especialmente após a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) ainda são encontrado problemas na metodologia dos Parâmetros Curriculares, e a ausência do envolvimento e participação da população nas propostas pedagógicas não fará uma real e profunda transformação. Uma vez que estas não ocorrerão simplesmente com textos bem escritos, mas sim se o projeto pedagógico fizer parte de um projeto político e cultural, que privilegie transformações no trabalho diário do educador; além de questionar as estratégias adotadas para a elaboração do currículo faz-se necessário trazer idéias e contribuições a fim de se chegar ao objetivo proposto; por meio de uma abordagem que englobe tanto novidades educacionais como experiências que outrora surtiram resultados positivos e um trabalho com as contradições e especificidades da realidade nacional, regional, estadual ou municipal, além das zonas urbana e rural.

Por fim a autora pontua os principais fundamentos de uma proposta pedagógica em objetivos, aposta e história a ser contada, e encerra indicando as necessidades existentes na mesma:

- visualizar a situação da forma em que esta é apresentada;
- contrabalancear o existente, a falta e solução de problemas;
- elaborar a proposta com base no item anterior; colocando-o em prática;
- manter-se sempre auto-crítico.

Texto: Brinquedo brincadeira na educação infantil japonesa: Proposta curricular dos anos 90.

Autora: Tizuko Morchida Kishimoto

Resumo: O Japão vem tentando ajustar o sistema educacional após as mudanças sofridas com a globalização, pois até então era enfatizado os conteúdos e a competitividade, mas após os anos 90 destacou-se o brincar de livre ação, que se tornou foco da educação pré-escolar designada educação pelo ambiente que prioriza a integração entre saúde, relações humanas (desempenhadas com o intuito de desenvolver a socialização por meio da interação e exploração do ambiente), ambiente linguagem e expressão, onde a criatividade e o imaginário infantil irão se desenvolver pelo faz-de-conta, e o gosto pela leitura é estimulado desde cedo.

Na sociedade e cultura japonesa a pré-escola tem como meta produzir a criança como ser humano; e para atingir esse objetivo o indivíduo deve ser membro de um grupo, fato que destaca a prioridade do ato coletivo; outra característica dessa nação é a internalização e cumprimento das normas estabelecidas, como o ato de minimizar o controle do professor, delegando-o assim às crianças, oferecer oportunidades à aquisição de identidades positivas pela criança e levar a criança à compreensão e à socialização para evitar condutas errôneas.

O ambiente físico da escola japonesa também coopera para que o plano de educação seja alcançado, com salas de aula amplas que contém materiais de suporte didático aliados a projetos escolares; nesse processo educacional o professor é um facilitador da aprendizagem, dando suporte para que ela ocorra com auxílio de brinquedos e materiais no ato de brincar; com espaços ajustados às necessidades do aluno ocorre a interação com amigos e professor durante as brincadeiras.

O ideal da educação japonesa prevê que se encoraja o caráter individual, criatividade, independência, autodisciplina e responsabilidade pessoal. O destaque ao uso da experiência, interesse e esforço, buscando relações com a coletividade e a

sociedade, levando a criança a aprender coisas que faz por si mesma é uma adequação da filosofia japonesa a realidade da sua educação infantil.

Ano/número: 1979 – Pedagogia do oprimido educação do colonizador (nº03)

Texto: Paulo Freire: Elementos para a discussão do tema: “pedagogia e antipedagogia”

Autor: Celso Rui Beisiegel

Resumo: Celso Rui Beisiegel discute o trabalho de Paulo Freire, através da óptica da concepção e de homem e da sociedade brasileira a qual este estava inserido; desta forma o autor faz uma viagem pelos escritos e ideais de Paulo Freire ao longo dos anos a fim de elucidar e exemplificar como a educação popular deveria estar estabelecida para o atendimento de todos aqueles que dela necessita para sua formação.

Ano/número: 1982 – Após as eleições, o debate continua (nº13)

Texto: Pedagogo, psicólogo escolar e análise experimental do comportamento: limitações ideológicas e perspectivas

Autor: Luiz Carlos de Freitas

Resumo: Trabalho que trata das limitações enfrentadas por Pedagogos e Psicólogos Escolares, e com essas podem ser enfrentados, já que “Acredito que a prática de Pedagogos e Psicólogos Escolares pode ser afetada por estes posicionamentos mais globais, principalmente quando um esforço por explicitar pontos comuns entre a Análise Experimental do Comportamento e uma abordagem materialista-dialética tem sido lacônico ou praticamente inexistente,...” (Freitas, Luiz Carlos de p.19).

No entanto, para um melhor entendimento o autor fará uma análise ampla sobre a atuação destes profissionais, situando-os na escola onde atuam; a escola capitalista, e indagando como que a concepção científica do comportamento pode ajudá-los em suas atuações educacionais, facilitando, também, o questionamento de seus desempenhos dentro do universo escolar; tudo por meio de uma ótica behaviorista.

Ano/número: 1985 – (nº22)

Texto: Notas sobre a especificidade do pedagogo e sua responsabilidade no estudo da teoria e prática pedagógicas

Autor: Luiz Carlos de Freitas

Resumo: O artigo discutiu como teoria e prática pedagógica tem sido pensada e trabalhada por diversas disciplinas, sendo a transformação de teoria em abstração e a prática em pragmatismo; fatos como estes acabaram por reduzir a especificidade do trabalho do pedagogo. Com base nessa constatação Luiz Carlos de Freitas ressalta a importância da disciplina de Didática no curso de Pedagogia através da busca de desenvolvimento teórico e prático.

Ano/número: 1998 – (nº64)

Texto: Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas

Autora: Silvia Maria Manfredi

Resumo: As mudanças técnico-organizacionais que ocorreram no mundo do trabalho influenciaram a sociedade do país, transformando-a; fato que refletiu no trabalho, qualificação e também na educação, fazendo ressurgir as expressões “qualificação”, “competência” e “formação profissional” por meio de uma abordagem histórico-crítica, onde qualificação associa-se a teoria das ciências sociais e competência a capacidades e habilidades (teoria das ciências humanas). O artigo apresenta um pequeno estudo histórico da qualificação, iniciando pela concepção do “capital humano”, que surgiu nos anos 50 e 60 visando planejar os investimentos do Estado em educação escolar; esse fato acabou desencadeando políticas educacionais voltadas à formação profissional com mão de obra especializada para atender as necessidades do mercado de trabalho formal. Já nas décadas de 1960 e 1970 surge a “qualificação formal” usada como índice de desenvolvimento socioeconômico, utilizando as taxas médias de escolarização da população somada à duração da escolaridade como parâmetros para produção e organização do trabalho. Surge ainda a concepção do modelo taylorista onde a prioridade é da garantia que os trabalhadores sejam

preparados exclusivamente funções específicas e operacionais dentro da empresa na qual trabalham, vinculando a segregação entre trabalho manual e intelectual. Entretanto o taylorismo entra em crise com a implementação de sistemas de produção menos rígidos e uma nova organização do sistema capitalista que passa a exigir um trabalho mais fragmentado, desqualificante e alienado, segundo concepções marxistas onde a lógica do capital molda o trabalhador por meio de um processo de qualificação/desqualificação.

Por fim todas as concepções tecnicistas de qualificação vêm gradualmente sendo substituídas pelo modelo de competência, focado na aprendizagem que o trabalhador tivera ao longo da vida dentro ou fora da empresa; com características próprias para agir em diferentes situações do cotidiano. Em documento do Sefor/MTb a competência exige uma educação contínua, a fim de desenvolver habilidades básicas, específicas e de gestão; para tanto, a teoria baseou-se na obra de B.S.Bloom (1956), Taxonomia dos objetivos educacionais (domínio cognitivo) serviu de referencia para a maioria das pesquisas de avaliação educacional brasileiras na década de 70.

No âmbito da questão das competências a autora cita Bertrand Schwartz, autor francês, que desenvolveu várias pesquisas sobre formação profissional de jovens e de trabalhadores.

Ano/número: 1985 – (nº22)

Texto: Notas sobre a especificidade do pedagogo e sua responsabilidade no estudo da teoria e prática pedagógicas

Autor: Luiz Carlos de Freitas

Resumo: O artigo discutiu como teoria e prática pedagógica tem sido pensada e trabalhada por diversas disciplinas, sendo a transformação de teoria em abstração e a prática em pragmatismo; fatos como estes acabaram por reduzir a especificidade do trabalho do pedagogo. Com base nessa constatação Luiz Carlos de Freitas ressalta a importância da disciplina de Didática no curso de Pedagogia através da busca de desenvolvimento teórico e prático.

Ano/número: 1987 – (nº26)

Texto: Os protagonistas da pedagogia escolar: Suas convergências e divergências

Autora: Célia Frazão Soares Linhares

Resumo: A autora vem através de este artigo discutir quem protagoniza a pedagogia no Brasil, tentando, assim, traçar um perfil deste profissional por meio de seu agir e de enfrentamento das funções pedagógicas e sociais moldadas pelo sistema político-econômico e cultural dentro e fora da escola; buscando pela transformação da instituição escolar.

Dentre os protagonistas cabe ressaltar a “prioridade evidente da figura do professor na escola até afirmarmos a sua exclusividade e conseqüentemente, homogeneizarmos as tarefas que envolvem o processo de instrução escolar sobre os ombros debilitados do professor competente como pelo acumulativo desgaste de sua imagem social” (Linhares, Célia Frazão Soares, p.37); profissional que se classifica pelo seu nível de ensino (Ensino Fundamental, Médio e Superior), pelas disciplinas que trabalha ou por sua formação profissional, seja pelos quais que possuem doutorado e pós-doutorado ou por aqueles em exercício sem possuir curso primário completo. Fatos que acarretam não apenas em uma fragmentação do processo educacional, mas ocasionando a sua tecnificação, “reduzindo o exercício profissional ao cumprimento de deveres ditados pelo poder central e sem a modelação e a responsabilidade dos educadores que os implementam e da sociedade que os legitima.” (Linhares, Célia Frazão Soares, p.39).

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: As políticas de formação: a constituição da identidade através do professor sobranste

Autora: Acácia Zenlida Kuenzer

Resumo: A mudança na formação de professores e na educação é reflexo das constantes alterações ocorridas no mundo do trabalho e da sociedade em geral, que se baseava nos princípios fordismo/taylorismo, teorias fundadas na separação entre o

pensar e o agir, fato que contribuía à falta de especificidade e identidade do professor. Toda crescente tecnologia que se alicerçara na comunidade cria processos sociais e produtivos, os quais vêm exigir um aumento no conhecimento de trabalho a ser executado por parte do trabalhador; fato que causará a ampliação da escolaridade e culminará na criação de uma nova pedagogia, onde o professor modificará também o seu perfil, sendo capaz de interligar diferentes áreas do conhecimento humano para criar novos conhecimentos; sendo seu meio mais eficaz a graduação universitária.

Frente a essas mudanças pedagógicas ocorridas, temos leis e pesquisas que buscam atingir as necessidades dessa nova realidade, como o Parecer 15 do Conselho Nacional de Educação complementado pela Resolução 03/89 estabelecendo diretrizes curriculares para o Ensino Médio, pesquisas experimentais no Núcleo de Estudos sobre Reestruturação Produtiva e Educação (Nere), da UFPR, que demonstra como a precarização econômica influencia na ruína cultural aliada às dificuldades educacionais e culturais encaradas pelo professor. A Resolução 03/98 do CNE visa uma formação para o Ensino Médio englobando ciência, cultura e trabalho sem vincular-se aos cursos profissionalizantes; sendo esses modelos de educação contemplados fora da escola regular, com a nova LBD (1996) o Estado passa a ser responsável pelo acesso e permanência de qualquer indivíduo a educação, assegurando gratuidade em todos os níveis de ensino, entretanto priorizando o Ensino Fundamental. No âmbito da formação, a LBD prevê que o acesso ao ensino superior se dará somente via Ensino Médio, é nesse contexto que se regulamentarão os Institutos Superiores de Educação, os quais possuem um baixo custo de formação pedagógica em caráter não universitário; buscando suprir a falta de docentes após a universalização do Ensino Fundamental.

Todo esse cenário acabou criando o que a autor chamou de professor sobranete, um profissional pouco qualificado, remunerado com baixos salários e más condições de trabalho; sendo esses os educadores da parcela mais pobre da sociedade, a qual futuramente caso continue essa óptica que classifica professores, acabam comprometendo a formação de professores, distanciando-as da pesquisa e da ciência, exceto quando este faz parte do corpo docente universitário.

Ano/número: 2004 – (nº86)

Texto: A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação

Autor: Luiz Carlos de Freitas

Resumo: Profundas mudanças ocorreram na década de 1990, envolvendo desde a economia mundial, as relações sociais de trabalho que e por fim acabam abarcando na educação e as metodologias de ensino e avaliação da mesma. No caso do Brasil, em especial, tivemos o controle nas mãos de organizações internacionais responsáveis por financiamentos e avaliação do rendimento dessas aplicações; o campo educacional por pressão das políticas públicas observamos uma posição bastante neotecnicista, fundada no conceito de treinamento de funcionários através de materiais didáticos e agregando o mesmo pensamento de capacitação desempenhado nas salas de aulas com os alunos. Para tanto, também houve a implementação da avaliação externa, visando pela competitividade entre professores e escolas na busca por resultados favoráveis em avaliações encomendadas pelo Estado afim de medir a competência de alunos e, assim, indiretamente a dos professores também; eliminando qualquer processo de desenvolvimento de uma educação pautada em trabalho coletivo.

Todos esses procedimentos instaurados na década de 90 tinham como ideal a democratização da escola, buscando a inclusão das classes menos favorecidas, alicerçada na progressão continuada, numa tentativa de camuflar problemas sociais mais profundos com uma educação dita como que “para todos”.

Ano/número: 1979 – Ilusão política desilusão pedagógica (nº04)

Texto: Perspectivas da pós-graduação em ciências humanas no Brasil: uma reflexão preliminar

Autor: Décio Saes

Resumo: O estudo do autor da Universidade Estadual de Campinas tem como objetivo analisar a pós-graduação no país na área de ciências humanas, levantando questões inseridas no âmbito das instituições; essas mesmas foram separadas em: questão da definição de objetivos que discuti se a pós-graduação é meio de ascensão social ou meio de aquisição de conhecimento, a questão da estrutura dos programas onde cabe análise de dos modelos (rígido ou flexível) que formam esses alunos, a questão da posição dos alunos em relação aos objetivos e a estrutura e como eles participam, ou deveriam participar de discussões acerca do tema, e por fim levanta a questão da posição dos professores quanto a objetivos e estruturas que é fundamental para uma visão mais ampla da pós-graduação em ciências humanas.

Ano/número: 1981 – Educação: Instrumento de luta (nº08)

Texto: Extensão universitária: uma abordagem não-extensionista

Autora: Demerval Saviani

Resumo: O tema abordado pelo artigo são os problemas referentes à extensão universitária, tendo como pontos de partida para a discussão a meta pretendida de conexão entre ensino e pesquisa; onde a pesquisa produziria o conhecimento, e este seria transmitido por meio do ensino; entretanto este objetivo proposto não alcançado, uma vez que tal experiência não respeita a especificidade de cada qual. “Esta deturpação tem ocorrido de modo especial nas Universidades públicas, quando se tenta colocar a pesquisa como principal e subordinar o ensino à pesquisa. De outro lado, a exclusividade do ensino pode levar àquilo que é criticado..., o ensino repetitivo e por vezes arcaico e já desatualizado...” (Saviani, Demerval; p.62). E ainda complementa que: “Portanto, a atualização do professor universitário, em termos das pesquisas que estão sendo desenvolvidas em sua área, é fundamental para que ele desenvolva adequadamente a função do ensino” (Saviani, Demerval; p.62).

O autor ainda aponta a extensão universitária, a responsável pela socialização de conhecimentos e sua difusão para a comunidade, “... numa força viva capaz de elevar

o nível cultural geral da sociedade” (Saviani, Demerval; p.62); transformando o costume ocorrer com os estudos universitários; já que a Universidade acaba ficando em uma redoma de difícil alcance para a sociedade que a mantém; e aponta a função da Universidade: “a responsabilidade é a de devolver, de restituir à sociedade algo daquilo que ela própria recebeu, que a universidade recebe da própria sociedade” (Saviani, Demerval; p.63); e pondo fim à idéia de caridade que existe a esse respeito.

Ano/número: 1982 – Após as eleições, o debate continua (nº13)

Texto: Diretrizes curriculares para a formação inicial do professor de escolas de 1º e 2º graus

Autor: José Camilo dos Santos Filho

Resumo: Um artigo que busca citar e esclarecer dois programas de formação inicial dos docentes, o primeiro foi estabelecido pela Unesco (1966), destacando os seguintes pontos:

“a) estudos gerais;

b) estudo dos elementos fundamentais da filosofia, da psicologia, da sociologia aplicada à educação, assim como estudo da teoria e da história da educação comparada, da pedagogia experimental, da administração escolar e dos métodos de ensino nas mais diversas disciplinas;

c) estudos relativos ao domínio no qual o interessado tem a intenção de exercer seu ensino;

d) prática do ensino e das atividades para-escolares sob a direção dos professores plenamente qualificados (p.13)” (SANTOS FILHO, José Camilo de; p.83);

e outro pela OCDE (1974), que dividi-se em Formação Acadêmica do docente, que visa a cultura geral e formação especializada, Formação Pedagógica do docente, objetivando suas necessidades e os elementos essenciais da formação pedagógica, e

Formação Prática do docente, cujo qual sub-dividi-se em: I – período de sensibilização “Esta fase do processo de sensibilização deve constituir uma ponte natural para os elementos teóricos implícitos nas situações observadas e um fator de integração interdisciplinar das várias disciplinas pedagógicas até lá estudadas” (SANTOS FILHO, José Camilo de; p.95); II- período de laboratório de ensino-aprendizagem; responsável por criar iniciativas críticas, integração, dinâmica de grupos, entre outras estimulações; e por fim, III – período de assunção de responsabilidade, onde ocorre o cumprimento de obrigações de um docente-residente.

E conclui sugerindo que: “... uma profunda reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura a fim de se garantir uma formação mais sólida dos futuros professores das escolas de 1.º e 2.º graus”.(SANTOS FILHO, José Camilo de; p.99).

Ano/número:1997 – (nº59)

Texto: Capacitação à distância de professor do ensino fundamental no Brasil

Autora: Elba Siqueira de Sá Barreto

Resumo: As mudanças ocorridas no cenário mundial provocadas pelas inovações tecnológicas fizeram com que aumentasse o desenvolvimento em escala e este, acabou por refletir na educação como um todo; visando melhorar a educação básica a América Latina adotou estratégias para qualificar e requalificar seus docentes, para tanto inseriu a educação à distância na década de 70. Hawkins, 1995, especifica bem o motivo pelo aumento na década de 70 da educação à distância, segundo o autor esse fato é decorrente da escassez de professor e/ou o mau preparo daqueles em atividade.

No Brasil essa capacitação à distância ganhou destaque com O Programa Nacional de Capacitação de Docentes à Distância através do programa “Um salto para o futuro” direcionado aos professores do ensino fundamental I com transmissão via satélite que objetivava: a) levar o professor à formulação de um referencial teórico-metodológico adequado às quatro séries iniciais do 1º grau e à pré-escola, focalizando conceitos básicos relativos às disciplinas do núcleo comum do currículo; b) ampliar o nível de conhecimento geral dos professores, acoplando textos, com informações atualizadas,

veiculadas através de diferentes formas de uso da imagem (Brasil, Fundação Roquete Pinto 1992,p.1). Sua metodologia de trabalho é focada na análise de especialistas em relação ao exame dos aspectos teórico-metodológicos, dos agentes educacionais que respondem pela execução do Programa e planejamento das atividades; além da abordagem metodológica, adequação à clientela, suporte pedagógico e o emprego da tecnologia, de professores e alunos dos cursos de magistério que comentam a qualidade, adequação e capacidade de comunicação do Programa assim como os conteúdos transmitidos e sua aplicação em sala em aula; e entrevistas com os coordenadores do mesmo. Essa análise procurou destacar a implementação do programa, suas condições de funcionamento, abrangência territorial visando o levantamento de questões com sugestões na intenção de melhorias no Programa. O mesmo possui uma proposta educacional que se destina a renovação do professor atuante na rede de ensino por meio de um currículo organizado em torno dos chamados núcleos conceituais, que se dividem em tempo, linguagens, espaço e atividades humanas, aliado aos componentes do núcleo comum (português, matemática, ciências, estudos sociais e educação artística), possibilitando uma abordagem interdisciplinar.

“Um salto para o futuro” requer recursos de comunicação para que seus objetivos sejam alcançados, entretanto seus recursos técnicos televisivos ainda estão muito distantes daqueles de que o país dispõe, outros problemas também são enfrentados para que o programa consiga se manter; pois pouco foi investido em material de apoio por parte dos produtos e difícil acesso a bibliografia indicada; uma vez que o MEC/Seneb tem como função orientar e coordenar a política nacional de educação, prestando assistência técnica e financeira aos estados e se responsabilizando pela monitoria e avaliação do Programa . Já a Fundação Roquete Pinto produz e coordena sua veiculação na televisão e o material pedagógico, enquanto que às Secretarias de Educação cabe a inserção da programação em seu Plano Anual de Trabalho e às administrações estaduais cabe implementar a estrutura organizacional do Programa, sua manutenção, organização e avaliação, bem como a certificação dos cursistas (Brasil 1992 b).

Finalizando o Programa “Um salto para o futuro” é um avanço considerado ao se tratar de educação à distância no país, apesar de que muito ainda pode ser melhorado no projeto educativo e na exploração dos recursos, este apresenta “caminhos bem promissores”.

Texto: Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90

Autora: Celso João Ferretti

Resumo: A formação de professores se defronta em 1990 com desafios e problemas que não se limitavam à esfera situacional do país, mas sim abrangendo as modificações que ocorriam em todo o mundo; tem dois pontos de partida: a substituição de paradigmas e a ligação entre tecnologia e qualificação; esses se tornaram a questão central, a relação entre a globalização da economia de mercado (significando controle e ameaça de exclusão exigindo produtividade e a qualificação profissional (fato que atingiu a educação)); esse novo modelo desqualifica o antigo trabalhador para atingir as exigências produtivas, e, assim, a formação profissional passa a se relacionar com as demandas do setor empresarial, com respostas mais rápidas as mudanças constantes do mercado de trabalho. Essa transformação teve um início tímido no final da década de 70, incorporou-se em 80 quando são observadas transformações mundiais, e tenta se consolidar em 90, revendo as formas de atuação e produção, visando a competitividade, a capacitação e o atendimento de demandas específicas e diferenciadas; na esfera educacional essas transformações aparecem com propostas de mudança encabeçadas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) e MTb (Ministério do Trabalho) que focavam por uma política a educação profissionalizante, através do documento Reforma do ensino técnico que debatia a educação brasileira e a formação profissional; além de implementarem também um Plano Nacional de Educação Profissional, criaram Centros de Educação Profissional e formularam uma política para o ensino médio “Educação profissional permanente”, ou seja, “educação com começo, meio e fim, focalizada no mercado” (Brasil. MEC/MTb 1996, p.7); enfim, englobavam desde o ensino básico, incluindo o ensino médio e a

educação profissionalizante; e com as agências revendo suas relações com empresas e escolas, estreitando contatos com a mesma nos países em desenvolvimento; entretanto essa aproximação ressaltou a precariedade do ensino, fato que acabou por implicar numa sobrecarga às agências, além da formação técnica, em geral, não assumir compromisso de repor a escolaridade obrigatória.

Visando valorizar a educação o Banco Mundial passa a investir no ensino fundamental por meio da relação entre anos de escolaridade e crescimento do PIB; sobressaltando a qualificação e a requalificação para atender esses novos paradigmas, estabelecendo entre as pessoas o padrão de que quanto maior a escolaridade e a capacitação maiores e melhores seriam as oportunidades de emprego; quando na realidade o ingresso no fundo do trabalho se definiu pelo mercado, e não pelo sistema educacional; uma forma da empresa atribuir a responsabilidade da não contratação ao trabalhador e eximindo-se da responsabilidade; além de infligir ao trabalhador de que quanto maior a produtividade melhor as condições de vida o mesmo terá; uma forma de atender aos interesses da empresa.

A escola técnica com cisão teórica-prática aumenta o abismo entre formação geral e específica ou modelo inglês, que “instituiu um “supermercado da capacitação”, que oferece todo tipo de produtos a seus clientes, mas que não oferece uma estrutura definida” (Cepal 1994, p.35), conhecido como “modelo de competências” com formação técnica que prioriza a capacitação e a qualificação; enquanto que no Brasil é difícil a articulação entre formação acadêmica e formação técnica. Segundo Desaulniers “competência designa saber ser, mais do que saber fazer e implica dizer que o trabalhador competente é aquele que sabe utilizar todos os seus conhecimentos obtidos através de vários meios e recursos – nas mais diversas situações encontradas em seu posto de trabalho” (1993, p.100, grifos meus – Ferretti, Celso João).

Essas mudanças de paradigma resultam numa nova relação entre capital e trabalho, onde a capacitação prioriza a escolarização devido a uma resposta intelectualizante do trabalho, e no comportamento do trabalhador frente a empresa assumindo capacidade de trabalhar em equipe, autonomia, disponibilidade, iniciativa, participação, colaboração, dentre outros requisitos.

Ano/número:1997 – (nº60)

Texto: Formação, competência e cidadania

Autora: Julieta Beatriz Ramos Desaulniers

Resumo: Conforme já sugere seu título o artigo em questão trata da formação e competência dos indivíduos dentro da sociedade, bem como a tecnologia avançada vem atuando sobre os mesmos, e interferindo nas ações dos cidadãos. A autora aborda competência como a união entre os saberes adquiridos por meio da educação e a qualificação exigida pelo trabalho; além da experiência social que cada pessoa carrega consigo; enquanto que a formação é responsável pela preparação do homem para o trabalho por meio de sua qualificação e experiência prévia adquirida.

O processo da qualificação em competência não começou nos dias atuais, mas sim desde o avanço tecnológico na sociedade; se observou que já nos anos 70 tinha-se um bom nível de qualificação e em meados de 1990 teve início a construção da competência que tem base nos resultados obtidos. Para um bom resultado da tríade abordada é necessário que o perfil do profissional a ser formado seja bem definido; além de que sejam instaurados estratégias de aprendizagem que se vinculem ao conjunto de conhecimentos já acumulados pelo formando e haja articulação entre teoria e prática; sem se esquecer da importância que a educação deve dar às propostas de cunho interdisciplinar.

No entanto cabe finalizar, e salientar, que a realidade só pode ser construída pelas ações dos indivíduos da sociedade.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: Repercussões de tendências internacionais sobre a formação de nossos professores

Autores: Menga Lüdke, Antônio Flávio Barbosa Moreira e Maria Isabel da Cunha

Resumo: O texto trás uma reflexão crítica do atual sistema de formação docente com base em Torres, ao que diz respeito às propostas educativas do Banco Mundial que foram elaboradas por economistas e devem ser implementadas pelos educadores através da visão de custo-benefício, consideração das leis de mercado, aproximação entre escola-empresa; e outros autores como Nunes, Whitty, Power, Halpin, Ball, Nóvoa, Bourdoncle e Popkewitz, que estudaram as experiências realizadas na França; onde ocorreu uma espécie de laboratório de pesquisa a respeito da formação dos professores em 1989 chamada IUFMs (Institus Universitaires pour la Formation de Maitres, que buscava unificar professores do primário e secundário, meta difícil de ser alcançada devido ao método ministrado nas universidades, referente as formações docentes distintas, e que acabou por não confirmar as expectativas iniciais; mas mantiveram o ideal de busca pela formação continuada.), na Inglaterra onde as reformas estavam ligadas ao movimento econômico, cultural e político que ocorria na época, o neoliberalismo, com uma escola assumindo um caráter atrelado a lógica de mercado destacando um currículo com conteúdos e métodos padronizados, mercado e gestão; e na Espanha com professores divididos entre docentes universitários e não-universitários; em 1980 ocorreu a Reforma Educativa destacando o discurso de Piaget, que após seus dez anos observa-se um tom saudosista a respeito da educação com características mais utilitárias e pragmáticas; e em 1990 a Reforma Logse (Ley Organica de Ordenación General del Sistema Educativo) fez com que as universidades se voltassem à formação dos professores de nível infantil e primário; visando a formação continuada.

Como se pôde observar através desses exemplos na profissão docente na Europa enfatiza a capacitação em serviço, e não a inicial, além da visão de que esses profissionais são pouco qualificados e competentes, mas que tem o compromisso da esperança de renovação social e cultural; apesar do abismo existente entre o discurso e a educação universal.

O estudo das propostas para a formação docente que surgiram fora do Brasil é importante para que possamos adotá-las ou não a realidade nacional, uma vez que é necessário analisarmos as diferenças históricas, geográficas e culturais de cada país.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores

Autora: Helena Costa Lopes de Freitas

Resumo: A introdução do artigo é iniciada através de um panorama histórico sobre a formação docente fundadas em projetos políticos com perspectivas diferenciadas, fazendo com que a formação desses profissionais seja tratada como elemento impulsionador e realizador dessas reformas, ou como elemento que cria condições para a transformação da escola em si, da educação e da sociedade como um todo; objetivando solucionar o problema da formação afim de elevar os níveis de "qualidade" educacional nos países em desenvolvimento, qualidade, esta, que, na concepção do Banco Mundial, acaba por determinar vários fatores como o tempo de instrução, os livros didáticos e a melhoria do conhecimento dos professores que privilegia a capacitação em serviço sobre a formação inicial, além de estimular as modalidades a distância. No final da década de 70 o processo de democratização da sociedade, passa a colocar novas exigências para a melhoria da escola básica e para a formação de professores, entretanto a implementação de tais concepções políticas de formação tiveram início no final dos anos 80 com A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) – que se organiza a partir de 1983 como Comissão Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Conarcfe) –, no movimento de reformulação dos cursos de formação do educador que prioriza a concepção sócio-histórica de educador em contraposição ao caráter tecnicista e conteudista, e que, finalmente, vai se consolidar na década de 1990, decorrente dos acordos firmados na Conferência de Ministros da Educação e de Planejamento Econômico, realizada no México, em 1979, e na Conferência de Jontien, em 1990, na Tailândia. Algumas iniciativas foram tomadas, em especial na América Latina, como “elevar o nível de

satisfação das necessidades básicas de aprendizagem", pilar do plano de ação Educação Para Todos que fundamentou, no Brasil, o Plano Decenal. A qualidade da educação e da escola básica passa a fazer das discussões e de discurso da sociedade, e além de ações políticas do MEC, que busca criar consensos capazes de modificar a escola básica e focando, principalmente, o campo da formação de professores.

Cabe salientar que parte dessa trajetória também é a luta pela formação com definição de uma política nacional global de formação dos profissionais da educação e valorização do magistério, que contemple primordialmente as condições de igualdade, a sólida formação inicial no campo educacional, condições trabalhistas, salário e a formação continuada como um direito dos professores e obrigação do Estado e das instituições contratantes.

Dentre as mudanças relevantes referentes a educação devemos destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em dezembro de 1996, LDB 9.394/96, que foi responsável por reformas no campo da formação de professores e representou o marco da institucionalização de políticas educacionais; destaca-se ainda a elaboração das Diretrizes Curriculares para a graduação, que foi base para a organização de currículos dos cursos de formação dos profissionais da educação. A proposta do plano Nacional de Educação realizada nos anos de 1996 a 1999 manteve pontos divergentes em relação à formação de profissionais da educação ao que se refere, em sua formulação, à formação de professores e não de educadores, enfatizando o conteudismo, exclusivamente, as metodologias e o projeto pedagógico da escola. Em suma, o artigo acaba por discutir todo o tramite da LDB, desde sua elaboração, seus percalços e suas realizações educacionais referentes a formação de professores nas diferentes modalidades de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. A autora ainda aborda a concepção de formação dos professores após os progressos conseguidos com leis e como a crise sócio econômica nacional acaba por influenciar a formação profissional e essa afetando a educação do país como um todo, e propõe uma construção sobre o ideal da formação docente; e expondo o papel que as universidades possuem em relação a este problema, além de

expor alguns cursos e programas relacionados a formação de professores que são oferecidos como Programa de formação de profissionais para educação básica – curso de pedagogia: docência das séries iniciais do ensino fundamental – 1ª a 4ª série e educação infantil, Programa de formação de profissionais para a educação básica: cursos de licenciatura para a docência de 5ª a 8ª série, Ensino Médio, Programa de formação de profissionais da educação para gestão e coordenação pedagógicas na escola básica, Programa de formação pedagógica para portadores de diploma de Ensino Superior, Programas de formação continuada, para profissionais da educação básica; Programas de educação a distância; Programas de formação em educação sindical, educação especial, educação de jovens e adultos, Programas de pós-graduação stricto e latu sensu em educação. “Pensar essas alternativas é colocar em movimento as concepções e práticas que orientam o pensamento mais avançado no campo da formação de professores, garantindo as atuais formas e aprimorando-as na busca por uma educação com bases sólidas voltada para a formação humana.” (Freitas, Helena Costa Lopes de; 1999; nº68; Educação & Sociedade)

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: Programas oficiais para formação dos professores da educação básica

Autora: Maria Teresa Leitão de Melo

Resumo: A autora faz um recorte dos fatos importantes que ocorreram na década de 90 referente a formação de professor e educação, em geral; iniciando pela Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em 1990 na cidade de Jomtien, Tailândia,; seguida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB), lei nº9394, em 1966, no Brasil. Após a realização da Conferência a formação de professores volta a ser abordada aqui no país por meio de Acordo Nacional (1995) e do pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação; sintetizando as metas do Plano Decenal de Educação para Todos, infelizmente sem obter êxito ; entretanto é aberto caminho para a nova LDB que teve apenas seis de seus artigos destinados à formação de professores, que recebeu o título VI “Dos profissionais da educação”, onde “pretende definir os fundamentos, delimitar os níveis e o lócus da formação e relacioná-

la aos requisitos da valorização do magistério”, mas devido a seu tamanho reduzido encontramos “ausência da conceituação dos professores da educação” e algumas contradições no texto que se aliam as exigências do banco Mundial para desenvolver e manter a educação no país, além de priorizar as áreas dos programas de formação. Dentre as contradições encontradas destacam-se o artigo 21 que divide a educação em dois níveis, a educação básica e a superior, sendo que a básica é fragmentada por políticas governamentais em ensino fundamental (subdividido em ciclo I – 1ª a 4ª séries) e ciclo II (5ª a 8ª séries), e ensino médio; excluindo a educação infantil, educação especial e educação de jovens e adultos dos programas prioritários, e o artigo 62 onde não há exigência da licenciatura na formação docente, e o professor passa a ser, simplesmente, um detentor de certificado (diploma); não repercutindo na valorização do magistério.

Na prática a formação dos profissionais deve não prender-se apenas a pretensões formais de trabalho, mas sim, trazer à tona sua dimensão social , enfatizando a valorização profissional; resgatando suas competências, especificidade e auto-estima, assim como, (re) construir a escola pública de qualidade por meio de reflexão sobre a prática de leituras críticas. Em vista desses problemas surge o Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado pelo MEC como alternativa para solucionar as ambigüidades da LDB, mas acaba reforçando-as , e introduzido novas categorias profissionais para realizar as funções docentes; além de recomendar a educação a distância para sua formação, ruindo com a interação pedagógica e com o ambiente escolar.

Em suma, enquanto que na atualidade a educação tem se tornado mais complexa aliada as exigências de escolarização nos deparamos com um empobrecimento cultural na formação docente, decorrente do descompasso das políticas de formação com os objetivos pretendidos no intuito de melhorar a qualificação da educação pública.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: Política de formação profissional para a educação infantil:

Pedagogia e Normal Superior

Autora: Tizuko Morchida Kishimoto

Resumo: Após a construção de 1988, a criação do Estatuto da criança e do adolescente (ECA), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Orgânica de Assistência Social que garantem à criança de 0 a 6 anos o direito à educação oferecida, obrigatoriamente, pelo estado e assim assistimos ao ressurgimento da pauta referente à formação dos profissionais de educação infantil, que em sua maioria ainda é formada por leigos; muito embora essa formação seja ofertada pelos cursos de pedagogia, normal superior, cursos de magistério e de nível médio.

Estudos realizados em pré-escolas confirmam este fato; onde cerca de 60 % dos profissionais possuem ensino médio e aproximadamente 18 % nível superior; em relação a creches, o contingente de leigos é bem maior, já que sua formação passa a ser discutida após as especificações citadas na lei 9394/96 no artigo 87, § 4º.: “Até o final da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”; para agilizar essa formação proposta cria-se uma nova modalidade – o curso Normal Superior; o qual passaria a formar os professores referentes à educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental, e teve sua regulamentação pelo Conselho Nacional de Educação em 10/08/1999 e sua homologação em 10/09/1999. Entretanto pelo curso possuir menor tempo de duração e baixa exigência ao contratar seu corpo docente acaba gerando preconceitos com os profissionais formados pelo curso, além de baixos salários e outros problemas referentes à imagem do professor.

Além de discutir o curso Normal Superior, a autora faz um breve histórico do curso superior de Pedagogia no Brasil, que teve início nos anos 30 com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (1931) e a Universidade Federal do Paraná (1938) cujas formações profissionais eram voltadas para a educação infantil; enquanto que na organização da Universidade de São Paulo (1934) prevaleceu a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com cursos profissionalizantes, como o

Instituto de Educação, que em 1938 transformou-se em curso de pedagogia, unificando formação universitária e profissionalizante; posteriormente temos a instalação da Faculdade de Educação. Nas décadas de 40 e 50 as instituições públicas e privadas passam a garantir a formação profissional em nível superior; nos anos 60 a oferta de cursos é dobrada, em especial pelo governo federal e pela iniciativa particular, enquanto que a década de 70 é marcada por discussões acerca da municipalização da educação infantil. Nos anos 80, por causa da crise econômica, ocorre uma redução na oferta da iniciativa privada, que volta a ser retomada na década seguinte (90), que é marcada pelo sucateamento das instituições (universidades) públicas e maior crescimento na criação de cursos destinados à educação infantil.. Em 1989, na França, ocorre uma reforma na formação de professores com a criação dos Institutos Universitários de Formação de Professores (IUFM) acaba influenciando o Brasil que cria os Institutos Superiores de Educação e curso normal superior, com a diferença que na França os profissionais cursavam três anos na universidade e somente depois ingressavam na IFUMs, enquanto que no modelo brasileiro o futuro professor não precisa passar pela universidade. Até meados de 1999 foram criados 113 cursos voltados à formação do profissional da educação infantil, sendo que 60 deles ofertados pela iniciativa privada.

Apesar do aumento no número dos cursos, desde os anos 60 discute-se a falta de identidade que estes possuem por não se voltarem à formação docente; apesar da legislação em vigor prever a experiência docente como pré-requisito ao exercício de qualquer função no magistério; no entanto, o pensamento antiquado e clichê referente aos profissionais que atuam na educação infantil acabam por distanciá-los de uma formação profissional de qualidade, diferentemente da valorização dada aos profissionais formados por outros cursos.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: Embates na definição de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Respeito à cidadania ou disputa pelo poder?

Autora: Iria Brzezinski

Resumo: A discussão histórica sobre a formação docente brasileira tem início no século XIX durante o período imperial, quando as Escolas Normais eram criadas por decreto de forma improvisada e extinta, em seguida, reabertas; esse fato ocorria por falta de condições na criação e estabelecimento de centros de referência de formação de professores. No século XX a formação de professores tem sua ótica voltada a níveis mais elevados de ensino, apesar de manter semelhanças em relação ao século anterior, por exemplo nas poucas realizações em benefício da sociedade e no autoritarismo presente em leis e decretos oficiais; como na lei de 15 de outubro de 1827 e o decreto nº. 3276/99 que se assemelha nas ambigüidades e contrariedades encontradas em seu corpo.

A busca por melhorias na formação docente durante o século XX pode ser demonstrada pelo desenvolvimento de experiências de cursos de aperfeiçoamento de professores, instalados na Escola Normal da Praça (São Paulo) que elevou a formação do professor ao nível superior, transformada em Instituto Pedagógico de Saco Paulo, e, em 1933 no Instituto de Educação Caetano de Campos, que acabou originando a Faculdade de Educação da USP; fato que não suscitou em avanços na profissionalização docente, pois havia uma grande resistência na formação de profissionais nas duas primeiras universidades públicas do país, a USP e a Universidade do Distrito Federal – UDF.

Na história da Educação no Brasil cabe descartarmos as décadas de 20 e 30, período de busca pela modernização educacional no país; com destaque para o movimento dos Pioneiros da Escola Nova, que ocorreu em 1932, que defendia a formação docente em nível superior na atuação de qualquer nível de ensino, e a educação em escola única, laica e gratuita; enquanto a questão sobre formação de professores durante o Estado Novo de Getúlio Vargas não obteve êxito, pois cabia ao curso de pedagogia, teoricamente, a formação dos professores de Educação Infantil e das séries iniciais, segundo o ideal de Anísio Teixeira, mas que acabou não assumindo essa identidade. Ainda em 1939, é instituída a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde o imposto das áreas específicas do saber à formação docente em três

anos (3 + 1); fato que foi mantido até 1969, passível de mudanças após a lei da Reforma Universitária, Lei nº. 5540/68, propondo um novo currículo ao curso de Pedagogia. Esta lei foi defendida pelo parecer CFE nº. 02/1969, ambas de Valmir Chagas, que “legalizou a formação docente ao pedagogo, fixando os mínimos de conteúdo e duração do curso” e ainda, “estabeleceu que fosse feita no curso de pedagogia a formação de professores para a Escola Normal”; entretanto, o documento continha falhas semelhantes àquele de 1939, porque não complementava o conteúdo do curso primário. Apenas em 1985 que essas falhas passam a ser corrigidas e, finalmente chegam a atingir patamares desejáveis de qualificação.

O tema volta ao cenário nacional com a homologação da atual LBD, Lei nº. 9394/96, que trata da formação docente; e, posteriormente, com pareceres CNE/CES nº. 01/99; relatado por Edla de Araújo Soares, então conselheira, que propõe uma formação profissionalizante no intuito de solucionar a questão de leigos atuantes no ensino secundário; que segundo a autora é falho por propor uma “formação continuada” a quem se quer possui a inicial (Curso Normal) e ainda ser pretexto legal à criação de cursos a distância sem qualquer qualificação; e o CNE/CES nº. 970/99, relatado por Eunice Ribeiro Durkam, Yufo Okida e Abilio Afonso Baeta Neves, conselheiros, buscam através do Decreto “definir uma política de formação do professor da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental”; muito embora de maneira contraditória. Outro fato importante na década de 90 foi o Decreto Presidencial nº. 3276/99, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que pretendia eximir o curso de pedagogia da formação de professores das séries iniciais do E.F. e na E.I., delegando tal função exclusivamente aos cursos Normais Superiores, o que consiste em simplesmente certificar o professor e não em garantir-lhe uma boa qualificação. Pode-se atribuir essa atitude presidencial a obediência aos preceitos neoliberalistas, assim como aos financiamentos externos como o Banco Mundial e o FMI.

Frente a esse acontecimento ocorre um manifesto de resistência para com o decreto presidencial em forma de uma carta-denúncia, uma ação coletiva a esse ato que afronta a LDB e os debates acerca da formação docente.

Enfim, o antigo tem o propósito de discutir a discrepância entre o mundo oficial, referente a leis e decretos, e o mundo real, aquele formado pela sociedade em geral; e como o oficial é distante dos objetivos almejados pela comunidade em termos educacionais e como sua união, poderia significar boa formação e valorização do docente “em todos os níveis e modalidades de ensino”.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente.

Autor: Júlio Emílio Diniz Pereira

Resumo: A formação docente tem sido tema central em discussões acadêmicas nos últimos anos, em especial, após 1968, quando foram criadas as faculdades e os centros de educação nas universidades do país, e com um crescente aumento na década de 90; entretanto, as licenciaturas não possuem mudanças significativas desde 1930, quando originaram-se. Os debates acerca da formação docente foram reunidos com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº. 9394/96), que no Título VI – Dos profissionais da educação – trata especialmente a questão de formação do profissional da educação, cabe ressaltar que o período de sua elaboração foi exatamente referente a adoção de políticas neoliberais, de interesse do capital financeiro, representado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) que pretendia reduzir o papel do Estado, e, dessa forma, suas ações na sociedade; inclusive na área educacional. Após a LDB, a educação básica passa a ser compreendida como Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, onde os processos de aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos passa a ser primordial; fato que reflete na exigência de profissionais com formação superior desde a educação infantil, mas mantém a descontinuidade no trabalho educativo, diferenciando os professores do Ensino Fundamental, que trabalham nas séries iniciais daqueles que voltam-se aos anos subseqüentes; já que o ideal é formar um profissional experiência desde a infância até a fase adulta. Também são definidos os locais responsáveis pela formação dos professores da educação básica, em universidades e

nos institutos superiores de educação; sendo que estes deverão organizar-se com base nas diretrizes curriculares nacionais.

Apesar das modificações ocorridas a respeito da formação docente ocorre, ainda, há desmoralização de jovens em escolher o magistério como profissão e o mesmo sentimento de professor em exercício na busca de aprimorar-se; fato conseqüente das más condições de trabalho, salários baixos, longa jornada de trabalho e falta de plano de carreira; há a necessidade de mudanças drásticas, não somente na formação docente, mas também na condição do professor.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: Modelos em debate

Autora: Maria Malta Campos

Resumo: A autora traça um paralelo entre a formação docente na França, com base nos autores Anne-Marie Chartier e Daniel Verba, e no Brasil; uma vez que este foi bastante influenciado pelos programas de formação profissional docente franceses. Um outro autor relata as mudanças introduzidas nos modelos de formação de professores é Thomas Popkeitz, que ressalta três características referentes ao tema, as formas refletem as mudanças causadas pela globalização econômica, racionalização de sistemas educacionais e associação com órgãos de cooperação internacional para a implementação das reformas.

No Brasil assistimos a um aumento no número de matrículas, fato que acarretou também no aumento de locais de trabalho para professores e culminou com a perda da qualidade de ensino, diminuição do salário, salas superlotadas, entre outros problemas. Nesse mesmo momento começa-se a pensar na adequação do perfil do “educador às características e necessidades de alunos em diferentes fases do seu desenvolvimento”; fato que não influenciou a diferenciação hierárquica dentro do ensino, em três diferentes grupos: professores de primeira a quarta séries e educação infantil; professores lecionando disciplinas específicas a partir da quinta série e um outro grupo

formado por leigos que atuam na educação, em especial, nas creches, escolas de zona rural, escolas comunitárias das favelas e monitores de educação de jovens e adultos.

Frente a tantos problemas, é aprovada uma nova lei em 1996, a Lei de Diretrizes e Base (LDB) para a educação, que visava por mudanças no financiamento educacional, currículo nacional, avaliação do ensino, utilização de materiais didáticos e paradidáticos, organização da gestão e estabelecimento de parcerias com organizações não-governamentais, entre outras, assim como “incluir a educação em creches e pré-escolas na educação básica e ao definir o mesmo tipo de formação para os professores que atuam na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental”.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores

Autor: Miguel G. Araújo

Resumo: Esse artigo é dividido dois pontos centrais a respeito dos ciclos implementadores na educação brasileira, sendo o primeiro deles como essa organização escolar pode influenciar na formação docente, e o segundo é a respeito da construção estrutural que se baseie na temporalidade de cada indivíduo, respeitando assim as diferentes faixas etárias, as quais compreendem a verdadeira função dos ciclos, pois se mantivermos uma visão tradicional centrada no tecnicismo, estaremos, ainda, direcionando o ato de educar a uma mera transmissão do conhecimento dos educandos, enquanto que aos professores cabe treinamento em cursos e centros de aperfeiçoamento; cuja qualidade é duvidosa. Onde os ciclos representam um amontoado de séries visando a progressão continuada e que em nada contribui na mudança do perfil docente ou em propostas para sua formação; ao contrário, pode ser compreendido como um retrocesso à lei 5.692 de 1971; somente mudando os nomes dados às séries; buscando, dessa maneira, ocultar os problemas encontrados na educação do país, ou, até mesmo, adiar as soluções dos mesmos.

Para a compreensão de sua real função, e que equívocos como aos acima citados sejam evitados, faz-se necessária uma leitura da nova LBD (Lei de Diretrizes e Bases), em especial dos artigos 2º e 22º que falam sobre a organização do trabalho diferenciando as especificações presentes em todas as épocas da vida (infância, adolescência, juventude e a fase adulta), além de focar o profissional como um educador e a escola com um espaço organizado de forma pedagógica. Em suma, a LBD se contrapõe aos ideais previstos na Lei nº. 5692/71 que contemplava o utilitarismo, mercantilismo, credencialismo e a concepção propêutica.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico

Autora: Vera Masagão Ribeiro

Resumo: A problematização encontrada na área educacional que se destina à educação de jovens e adultos têm relação direta com o modelo seguido por ela, o ensino fundamental de crianças e adolescentes; fato que acaba infantilizando os jovens e adultos freqüentadores desse modelo escolar, cujo qual tem assumido um caráter assistencialista como podemos observar no Programa alfabetização solidária.

Todo esse cenário acaba desprofissionalizando o educador e distanciando a Educação de Jovens e Adultos de uma formulação teórica-metodológica própria; além de desconfigurar a educação básica e a continuada como um direito de todos.

Na realidade a falta de pesquisas voltadas a essa cena educacional e a precariedade na formação docente também acarretaram na falta de identidade da Educação de Jovens e Adultos; busca por melhorias em seu sistema de ensino, sendo este capaz de propiciar novas formas de aprendizagem focadas na correlação aprendizagem – cotidiano, optar pela educação pelo diálogo (princípio de Paulo Freire) além de profissionalizar e especializar os educadores desse segmento.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: Educação continuada: a política da descontinuidade

Autores: Cecília Azevedo Lima Collaros

Maria Aparecida Affonso Moysés

João Wanderley Geraldi

Resumo: Questiona-se a concepção inserida no título do artigo, discutindo a educação geral como passível da transformação do ser humano e que é mutável de acordo com as transformações históricas, sociais, naturais, políticas e econômicas; além de seu caráter metodológico de ensino. Enraizado nesse contexto temos a educação continuada que se relaciona com capacitação e/ou qualificação do educador, propondo um recomeço nos estudos ligados a gestões políticas e planos de governo que se pretende agradar; criando, assim, uma descontinuidade no ensino por meio da separação entre a formação inicial, voltada à teoria, e formação continuada, vinculada à prática.

A cada nova “capacitação” que o profissional realiza, este retorna ao ponto inicial (zero), como se tudo o que fora aprendido até então não tivesse valor intelectual, rompendo o ideal de educação continuada.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: Formação de profissionais de educação no Brasil: O curso de pedagogia em questão

Autores: Leda Scheile

Márcia Ângela Aguiar

Resumo: É feito um recorte histórico sobre o curso de pedagogia no Brasil a partir do Decreto –lei 11902 de 1939 quando ocorre seu início na Faculdade Nacional de

Filosofia peça fórmula do “3+1”, esta estrutura perdurou até 1969 quando, através da lei número 5540/68, passa a distinguir bacharelado de licenciatura e criam-se as “habilitações” do curso; além de incorporação do Parecer CFE nº. 252/69 à Resolução CFE nº. 2/69, que fixa os conteúdos mínimos e a duração do curso de pedagogia, ainda vigentes.

Apesar dessas mudanças, desde 1970 a base comum nacional é bastante questionada, visando pela busca da identidade do pedagogo em âmbito nacional.

No entanto, é após a LBD/96 que a formação de professores volta ao centro das discussões político – educacionais do país com “uma nova formatação dos cursos de licenciatura e de pedagogia, com sérias implicações para a formação qualificada de professores e demais profissionais da educação”, com a redução da carga horária do curso e a introdução dos Institutos Superiores de Educação (ISE), por exemplo.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança

Autores: José Carlos Libâneo

Selma Garrido Pimenta

Resumo: Em 1980 ocorre a I Conferência Brasileira de Educação na cidade de São Paulo, visando a reformulação dos cursos de formação docente e o fim das habilitações e/ou especializações; priorizando, assim, o pedagogo como um todo. Mas é em 1996, com a nova LBD, que alterações na formação de professores são evidenciadas, em especial, no Título VI; exigindo formação em nível superior nas universidades ou em TSE, para educadores das 4 séries iniciais e educação infantil e cursos de formação para professores em Centro de Formação, Pesquisa e Desenvolvimento Profissional. Ainda assim, temos em discussão as faculdades de educação, com uma proposta elencada na profissionalidade e identidade docente que

valoriza o ensino e a docência através de um processo contínuo voltado a formação de professores que atuam em diferentes níveis de ensino; articulando a formação inicial da continuada.

Ainda assim, temos em discussão a função e o desempenho das faculdades de educação e o questionamento se com quatro anos de curso estas formam os futuros pedagogos que não atuarão exclusivamente na educação básica, mas em gestão, organização educacional, coordenação, entre outras áreas sociais, com eficácia. Por isso que é necessária a integração da teoria na formação do profissional reflexivo com a sua atuação profissional nas diversas funções que lhe cabem, além de aliar pesquisa e ensino no curso de pedagogia e conscientizar que desenvolvimento profissional envolve uma formação contínua.

Ano/número: 1999 – (nº68)

Texto: Repercussões de tendências internacionais sobre a formação de nossos professores

Autores: Menga Leidke

Antônio Flávio Barbosa Moreira

Maria Isabel da Cunha

Resumo: O foco do estudo apresentado está centrado nas experiências sobre a formação docente na França, na Inglaterra e na Espanha; e na intervenção do Banco Mundial na formação de professores dos países de Terceiro Mundo. Este que prioriza nesses países a formação em serviço à formação inicial, sob o discurso de que essa capacitação (em serviço) é mais rentosa com menor investimento de capital; além de possuir embasamento teórico fundamentado em estudos e estudiosos de países desenvolvidos, bancos e agências internacionais, como base das propostas direcionadas aos países em desenvolvimento; sendo, desta maneira, alheio às necessidades e ansiedades da realidade educacional desses países.

As experiências ocorridas nesses países europeus acabaram influenciando a formação de professores no Brasil. Na França, em 1989, surgem os Institutos de Formação de Professores na França (IUFMS) buscando aliar o ensino primário do ensino secundário e, assim, formar um professor unitário. Fato que em terras brasileiras culminou com os Institutos Superiores de Educação através da proposta da nova LBD, em 1996. Na experiência espanhola destaca-se a formação de professores não universitários; e na Inglaterra encontramos ênfase nas privatizações e parcerias na formação de professores.

Ano/número: 2002– (nº78)

Texto: Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil

Autores: Maria Luiza Belloni

Resumo: Durante o século XX, particularmente na sua segunda metade, nos deparamos com auge do capitalismo na educação e alterando-a um pouco através dos recursos técnicos aplicados a ela e do fácil acesso à informação da mídia. Esse fenômeno alterou o indivíduo, tornando-o um pouco mais autônomo na busca por conhecimento, e o aproximando mais da realidade; forçando modificações no processo educacional e na proposta pedagógica.

A Educação a distância no Brasil tem programas na área de formação continuada de professores, como “Um Salto para o Futuro” (1991)) e a TV Escola (1996); um curso realizado no estado do Mato grosso de Licenciatura Plena em Educação Básica: 1ª a. 4ª série do 1º grau, o primeiro curso de formação inicial para docentes do ensino básico, com metodologia e currículo inovadores. Além de oferecer ensino supletivo na alfabetização de adultos, com programas como o Mobral e os “telecursos”, e, ensino de nível médio via televisão, por meio do projeto Viva Educação.

Na Universidade federal de Santa Catarina, em 1995, é criado pelo Departamento de Engenharia de Produção um Laboratório de Educação a Distância (LED/UFSC),

conveniada a empresas e faculdades de diversas regiões do Brasil, que oferece educação a distância.

A educação a distância deve ser analisada com cautela, pois avanços tecnológicos são necessários à formação do indivíduo se aliadas ao ensino presencial; mas a questão central no tema é avaliar a qualidade da formação proposta por essa modalidade de ensino e não priorizá-la em detrimento da experiência de sala de aula e vivência dentro de instituições de ensino.

Ano/número: 2002– (nº78)

Texto: Fóruns das licenciaturas em universidades brasileiras construindo alternativas para a formação inicial de professores

Autores: Carlos Alberto Marques

Júlio Emílio Diniz Pereira

Resumo: Após a LBD/96 os professores de educação infantil e das séries iniciais precisavam ter formação em nível superior para continuar lecionando, este fato fez com que crescesse a quantidade de instituições de ensino superior no país, em especial as particulares com cursos presenciais e a distância, cuja qualidade é questionável. Essas organizações responsáveis pela formação docente nacional, além das universidades, são os Institutos Superiores de Educação, Cursos Normais Superiores, e Programas especiais de Formação Pedagógica, que se orientam pelo projeto de Resolução de 2001 (CNE/CP 009/2001) responsável por mudanças norteadas pelas “diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior: Curso de Licenciatura de Graduação Plena”, com vistas à secessão entre as funções cabíveis aos especialistas educacionais e aos docentes.

Além dos cursos superiores, o Banco Nacional incentiva o ensino pós-médio na busca por qualificação da mão-de-obra do trabalhador nos países em desenvolvimento, assim como privatizações que diminuem o contrato do governo com a educação.

Na busca por alternativas para modificar os cursos de formação inicial vigentes os autores destacam a função desempenhada pelos fóruns das licenciaturas, onde discute-se a reformulação curricular desses cursos. Em 1999, foi realizado o I Encontro Nacional dos Fóruns das Licenciaturas, para a discussão e compreensão das reformas dos cursos de formação docente que ocorriam na época, e em 2000, ocorre o II Encontro Nacional dos Fóruns das Licenciaturas com atenção voltada às instituições de ensino superior que estavam envolvidas na formação de professores e da profissionalização dos mesmos.

Ano/número: 2002– (nº80)

Texto: Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação

Autora: Helena Costa Lopes Feitas

Resumo: A formação do educador foi modificada ao longo das décadas, nos anos 70 tínhamos uma educação totalmente voltada ao pensamento tecnicista, fruto do momento histórico que prevalecia mundialmente; entretanto na década seguinte (1980) nos deparamos com o início da luta dos educadores afim de romper com esse modelo vigente buscando uma formação de consciência crítica. Nos anos 90 assistimos a volta do tecnicismo ao ter contemplada a educação conteudista com a sala de aula em foco na formação e na educação, apesar de esforços e planos por melhorias no ensino público; como por exemplo a formação de nível superior de professores da educação infantil e séries iniciais. A partir de então assistimos a um aumento dos números de cursos de pedagogia, letras e matemática, oferecidos por instituições particulares, e esse crescimento desordenado acaba comprometendo a qualidade na formação, pois é retirada do docente em formação a vivência em ambiente universitário, fato inerente a sua concepção de identidade e pesquisador, já que inúmeros desses cursos são da modalidade de educação à distância.

Esse fenômeno reflete na formação continuada do professor, uma vez que este é responsável por seu aprimoramento e qualificação profissional.

Ano/número: 2005– (nº93)

Texto: Temas e tramas na pós-graduação em educação

Autores: Acácia Zeneida Kuenger

Maria Célia Marcondes de Moraes

Resumo: A pós-graduação no Brasil não enfrentou os mesmos problemas que suscitaram no ensino superior; pois a expansão da pós-graduação teve seu ápice em 1970, durante o regime militar, que objetivava formar um corpo docente de qualidade capaz de exercer docência no ensino superior e em desenvolver a pesquisa científica; no entanto, o Brasil fica bastante distante no número de docentes titulados em relação a outros países.

Perante o cenário apresentado a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior (CAPES), em 1976, passa a avaliar e acompanhar os cursos de pós-graduação no território nacional através da I PNPG (1975 – 1979) que objetivava formar pesquisadores, profissionais e docentes para atuar no ensino superior. O II PNPG (1982 – 1985) vai manter os mesmos objetivos do plano anterior, aliando a ele qualidade de ensino como prioridade na graduação e na pós-graduação, o III PNPG (1986 – 1989) busca enfatizar a pesquisa nas universidades, mas não supera a tradição docente. Esse modelo que prioriza a pesquisa volta com IV PNPG e perdura na V PNPG (2005 – 2010).

Outros obstáculos inerentes à pesquisa em educação estão fincados na elaboração das prioridades educativas referentes às políticas de formação, sua organização institucional, elaboração de currículos e definição de parâmetros da pós-graduação.

